

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

**A SINTAXE DO CLÍTICO LHE NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Maria Edna Porangaba do Nascimento

**Maceió
2010**

MARIA EDNA PORANGABA DO NASCIMENTO

**A SINTAXE DO CLÍTICO LHE NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**Tese apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de
Doutor em Linguística do
Programa de Pós-Graduação em
Letras e Linguística, da
Faculdade de Letras da
Universidade Federal de Alagoas.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria
Denilda Moura**

**Maceió
2010**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale



N244s Nascimento, Maria Edna Porangaba do.
A sintaxe do clítico *lhe* no português brasileiro/ Maria Edna Porangaba do Nascimento. – 2010.
111 f.

Orientadora: Maria Denilda Moura.
Tese (doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 109-111.

1. Linguística. 2. Língua portuguesa – Sintaxe. 3. Clítico. 4. Acusativo. 5. Dativo. 6. Sistema pronominal. I. Título.

CDU: 801.56

 UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA	 PPGL
---	--	---

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA EDNA PORANGABA DO NASCIMENTO

Título do trabalho: "A SINTAXE DO CLÍTICO LHE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO"

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

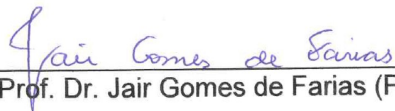


Profa. Dra. Maria Denilda Moura (PPGLL/UFAL)

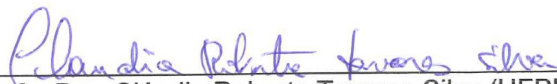
Examinadores:



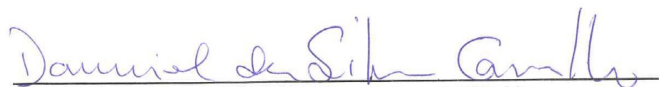
Prof Dr. Aldir Santos de Paula (PPGLL/UFAL)



Prof. Dr. Jair Gomes de Farias (PPGLL/UFAL)



Profa. Dra. Cláudia Roberta Tavares Silva (UFPE)



Prof Dr. Daniel da Silva Carvalho (UFBA)

Maceió, 11 de outubro de 2010.

Para Marcos, meu incentivador permanente, que tem me ensinado que não há obstáculo insuperável. E a Lucas e Pedro que cresceram junto com esta tese.

Agradecimentos

Muita água rolou durante o desenvolvimento deste trabalho, tive muita sorte de poder contar com pessoas que sem as quais nada disso teria sido realizado.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela inspiração, saúde e por colocar diante de mim o caminho da Linguística.

À professora Maria Denilda Moura, pelo incentivo, confiança, amizade e interesse, pelo seu exemplo pessoal e profissional e principalmente pelas valiosas discussões e dedicada orientação, sua parceria e paciência fizeram este trabalho andar, por isso agradeço de verdade.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística pelo empenho em contribuir em nossa formação.

Aos meus amigos Daniel, Doroti, Marcelo, Adeilson, Mirian, Claudia, Rafael e Manu, que muito me ajudaram, agradeço pelo companheirismo e amizade.

Em especial, a Marcelo pela leitura cuidadosa e valiosas sugestões, agradeço de verdade.

Aos meus amigos da UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas) pelas constantes discussões e companheirismo.

À Renata e Mercinha, minhas amigas e companheiras, que me ajudaram na construção desta tese. Obrigada amiguinhas!

Aos meus colegas do Colégio Marista de Maceió pela paciência e ajuda nos momentos que precisei.

Aos amigos linguistas, e especialmente os não linguistas, por me ouvirem com paciência e acompanharem com interesse a concretização do trabalho.

A meu pai in memoriam, por ter contribuído para a realização dos meus objetivos e crescimento intelectual.

A minha mãezinha, Joana, e aos meus irmãos pelo apoio e carinho nos momentos necessários.

A Marcos, Lucas e Pedrinho, meus três amores, que compartilharam comigo o transformar do sonho em realidade. Agradeço de coração.

Aos funcionários da secretária e biblioteca da Pós-graduação da UFAL, pela atenção que sempre me dispensaram.

Aos membros da Banca examinadora, pela cuidadosa leitura deste trabalho.

Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado, o meu muito obrigado!

Pronominais

Oswald de Andrade

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

RESUMO

O presente trabalho apresenta a sintaxe do clítico **lhe** no Português Brasileiro (PB) e tem como objetivo principal descrever os pronomes clíticos do PB, procurando compreender as especificidades que estes pronomes apresentam, em especial, observar o comportamento sintático do clítico **lhe** no PB, uma vez que o mesmo está sendo empregado tanto como acusativo quanto como dativo. Procuramos relacionar duas inovações verificadas na sintaxe dos clíticos e no quadro pronominal do PB: (a) a redução dos pronomes clíticos no PB e (b) a realização do clítico dativo **lhe** como complemento objeto direto. Com este trabalho, esperamos contribuir: (i) *descritivamente*: visto que os dados do PB, mais especificamente, o dialeto maceioense, em relação ao clítico **lhe**, não recebeu uma descrição detalhada no que concerne à sua distribuição e à sua inovação como um clítico acusativo; e (ii) *teoricamente*: já que, a nosso ver, analisar os clíticos à luz da Teoria Gerativa é um dos desafios dessa tese, pois muitas são as propostas para “alojar” esses pronomes numa determinada derivação sintática. Na análise, os clíticos são interpretados como Ds ou afixos flexionais. O mapeamento do complemento como OD é analisado no contexto mais amplo da perda da preposição a na codificação do dativo no PB. Adicionalmente, demonstra-se que as mudanças no sistema pronominal do PB, pelas quais passa a se caracterizar como sistema mais referencial em detrimento de um sistema casual, conduzem a que o clítico **lhe** seja mapeado também como clítico acusativo.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe; Clítico; Acusativo; Dativo; Sistema pronominal.

ABSTRACT

This research studies the syntax of the clitic *lhe* in Brazilian Portuguese (BP), in particular, the syntactic features of the clitic *lhe*, as it is used as accusative and as dative. We try to relate two innovations observed in the syntax of the clitic and in the pronominal features of BP Grammar; (a) the loss of the clitic pronouns in the BP (b) the dative clitic *lhe* as direct object. The purpose of this paper is to provide a descriptive and a theoretical contribution: (i) *descriptive*: as far as we know the BP – specifically the BP spoken in Maceió – did not receive a specific description about its distribution and its innovation as accusative clitic; and (ii) *theoretical*: analyzing the clitics in the Generative Theory is a challenge for this thesis, as there are many proposals to ‘accommodate’ such pronouns in specific syntactic derivations. In this analysis, an ambiguity in the interpretation of the clitics as Ds or flexional affixes is identified. The mapping of the DO is analyzed within the broader context of the loss of the preposition “a” of datives in BP. It is additionally shown that changes to the pronominal system in PB leads to the mapping of the clitic as accusative. Such changes make the system a more referential one instead of a casual one.

KEY WORDS: Syntax; Clitic; Accusative; Dative; Pronominal system.

RESUMEN

Este trabajo presenta la sintaxis de clíticos en portugués brasileño (PB), especialmente el comportamiento sintáctico de clítico **le** en PB, ya que lo mismo es empleado tanto como acusativo cuanto como dativo. Buscamos vincular dos innovaciones verificadas que se producen en la sintaxis de clíticos pronominal y en el marco de PB: (a) la reducción de los pronombres clíticos en el PB y (b) la realización del clítico dativo **le** como complemento objeto directo. Con este trabajo, esperamos poder aportar: (i) descriptivamente: desde datos de PB, más específicamente, el dialecto maceioense, en relación con el clítico, no ha recibido una descripción detallada en su distribución y su innovación como un clítico acusativo; y (ii) teóricamente: desde entonces, en nuestra opinión, analizar los clíticos a la luz de la Teoría Generativa es un de los desafíos de esta tesis, pues son muchas propuestas para "alojar" esos pronombres en una derivación sintáctica particular. En análisis, muestra en la interpretación de los clíticos como DS y como afijos o flexionales. El complemento como asignación se analiza en el contexto más amplio la pérdida del pronombre en dativo en la codificación de PB. Además, demuestra que los cambios en el sistema, las cuales se caracteriza como sistema referencial en detrimento de un sistema de casual, conducen que el clítico **le** se asigna como un clítico acusativo.

PALABRAS CLAVES: Sintaxis; Acusativo; Dativo; Clítico; Sistema pronominal.

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Acusative	Acusativo
ADD	Addressee	Destinatário/ouvinte
AGR	Agreement	Concordância
D ou DET	Determiner	Determinante
DAT	Dative	Dativo
DP	Determiner Phrase	Grupo Determinante
EPP	Extended Projection Principle	Princípio de Projeção Alargado
I ou INF	Inflection	Flexão
LF	Logical Form	Forma Lógica
Nom	Nominative	Nominativo
NP	Noun Phrase	Grupo Nominal
OBL	Oblique	Oblíquo
OD		Objeto Direto
OI		Objeto Indireto
PB		Português Brasileiro
PE		Português Europeu
PF	Phonetic Form	Forma Fonética
PP	Prepositional Phrase	Grupo Preposicional
Spec	Specifier	Especificador
SU		Sujeito
t	Trace	Vestígio
T	Tense	Tempo
TP	Tense Phrase	Grupo Temporal
V	Verb	Verbo
v	Light Verb	Verbo Leve
VP	Verb Phrase	Grupo Verbal
XP		Projeção Máxima
X°		Projeção Mínima

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas pronominais pessoais em Almeida (1963)	45
Quadro 2 – Formas pronominais retas e oblíquas em Rocha Lima (2001)	47
Quadro 3 – Paradigma pronominal no PB	62
Quadro 4 – Tipos de clíticos do PB atual	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Ponto de Partida	14
1.2 Pressupostos Teóricos	19
1.2.1 A Gramática Gerativa	20
1.2.2 O Modelo de Princípios e Parâmetros	25
1.2.2.1 Teoria X Barra	28
1.2.2.2 Teoria Temática	33
1.2.2.3 Teoria do Caso	35
1.2.2.4 Teoria de Ligação	40
1.3 Estruturação da Tese	42
2 QUADRO PRONOMINAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	43
2.1 Os Pronomes Sujeitos e Objetos na Visão da Gramática	
Tradicional.....	44
2.2 Os Pronomes do Português Brasileiro nos Estudos	
Linguísticas	49
2.2.1 Pronomes na Função de Sujeito	50
2.2.2 Pronomes na Função de Acusativo	52
2.2.3 Pronomes na Função de Dativo	55
2.3 Mapeamento do Clítico lhe no PB	57
2.3.1 Propriedades dos verbos em relação ao clítico lhe	58
2.3.1.1 Verbos Bitransitivos.....	59
2.3.1.2 Verbos Transitivos	60
2.4 Inovação do lhe	62

3 OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	67
3.1 Concepções dos clíticos	67
3.2 Descrição dos Pronomes Clíticos	68
3.2.1 Tipologia de clíticos no PE	71
3.2.2 Tipologia de clíticos no PB	72
3.2.3 Clíticos que recebem o papel temático dos verbos que os hospedam.....	73
3.2.4 Clíticos que não recebem o papel temático dos verbos que os hospedam	76
3.3 Posicionamento dos Clíticos no PB	79
4 CLÍTICOS NA TEORIA LINGUÍSTICA: PROPOSTAS DE ABORDAGEM	83
4.1. Clíticos como Ds	84
4.1.1 Análise de Uriagereka (1995)	84
4.1.2 Análise de Raposo (1998)	87
4.2 Clíticos como Elementos Distintos de D	91
4.2.1 Análise de Galves (2001)	91
4.2.2 Proposta de Cardinaletti & Starke (1999)	95
4.3 Uma Proposta de Análise do Clítico lhe para o PB	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 Ponto de Partida

Os clíticos¹ no Português Brasileiro (doravante PB) têm sido foco de diversos estudos e discussões (cf. MONTEIRO, 1994; CYRINO, 1993; GALVES, 2001, entre outros). Estes são considerados vocábulos sem autonomia fonética que sempre se adjungem a uma forma livre, seja numa posição fixa ou numa posição variável, podendo aparecer antes ou depois dos verbos a que se referem.

O presente trabalho tem como ponto principal analisar a sintaxe dos clíticos pronominais no PB, em especial do clítico **lhe**, que de dativo passou a ser usado também com a função de acusativo².

O clítico **lhe** é abordado pela gramática tradicional como complemento objeto indireto (dativo), como são apresentados nos exemplos³ (1), (2) e (3) abaixo:

(1) Diga-**lhe** que irei visitá-lo.

(2) Os reis magos levaram-**lhe** ouro, incenso e mirra.

(3) Fique sossegado; aconselho-**lhe** que não responda.

¹ Usaremos a terminologia de clíticos para nos referirmos ao que tradicionalmente é rotulado de pronomes átonos / pronomes do caso oblíquo.

² Acusativo é o termo que na sintaxe corresponde a Objeto Direto; Dativo, a Objeto Indireto.

³ Exemplos retirados da Gramática Normativa da Língua Português, de Rocha Lima, (2001, p. 317).

Embora a gramática tradicional apresente tais exemplos, no PB encontramos exemplos⁴ em que o clítico **lhe** apresenta comportamento diferenciado, como a seguir:

(4) Escrevo-**lhe** (dat.) para falar sobre a carta que o senhor fez.

(C-
15JA)

(5) Estou **lhe** (dat.) escrevendo para dizer que não estou nada contente. (C-14LR)

(6) Eu estou **lhe** (dat.) implorando isto! (C-3CC)

Encontramos também exemplos do clítico pronominal **lhe** empregado como complemento objeto direto (acusativo), como mostram os exemplos (7) – (10).

(7) Um beijo de sua amiga que **lhe** (ac.) adora. (C-6SL)

(8) Estarei em Penedo este final de semana, **lhe** (ac.) espero.

(C-36AB)

(9) Amor **lhe** (ac) vi ontem, mas já estou morrendo de saudades.

(C-

17LS)

(10) Talvez meus pais não achem isso, mas eu **lhe** (ac.) amo demais. (C-17LS)

⁴ Sentenças retiradas de cartas pessoais produzidas por jovens escolarizados, do ensino fundamental e médio. A letra C refere-se ao nome Carta, o número, à sequência das sentenças e as letras maiúsculas indicam as iniciais dos escritores das cartas pessoais. Estas sentenças estão também em Nascimento (2001). Neste trabalho, a autora descreve a variação do pronome **lhe** como acusativo e como dativo em textos informais. Estes dados pertencem ao banco de dados do Projeto Língua Usada em Alagoas (LUAL), coordenado pela Profa. Dra. Denilda Moura.

A opção pelo estudo da forma pronominal **lhe** justifica-se na medida em que grande parte dos estudos já realizados sobre os clíticos no PB, como por exemplo: Duarte (1993), Cyrino (1993) e Pagotto (1993)⁵, abordam especificamente as formas acusativas **o, a, os, as**. Como podemos ver nos exemplos (11) e (12). E pouco se tem registrado sobre o clítico **lhe** como acusativo.

(11) Coitada da menina! Deixe-**a** em paz.

(12) Eu **os** vi abrindo a porta do meu carro.

Sobre esse fenômeno pouco se tem dito, embora o uso do **lhe** como acusativo esteja em evidência no PB. Antenor Nascente (1922, *apud* Marroquim, 1996) constatou a existência do fenômeno no Rio de Janeiro, assim como Câmara Jr. (1972); Mário Marroquim (1934)⁶ registrou o fenômeno em Alagoas e Pernambuco; Martins (1989) também constatou a existência do fenômeno em São Paulo; Monteiro (1994), em Fortaleza e Menon (1996) em Curitiba, dentre outros.

Segundo Marroquim, o fenômeno linguístico no Nordeste é idêntico ao do Rio de Janeiro. O pronome **lhe** é usado como dativo e como acusativo.

(13) Eu **lhe** vi hoje saindo do cinema⁷.

É importante destacar que Marroquim não se detém na análise deste fenômeno, apenas aponta o fato de o mesmo existir.

Ainda conforme o autor, essa construção afetou não apenas as pessoas menos letradas, mas também as pessoas escolarizadas, que frequentemente empregam a forma **lhe** como acusativo.

⁵ Autores que trabalham com dados do Projeto Norma Urbana Culta (NURC), *corpus* constituído por falantes de nível universitário das cidades de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

⁶ Optei por usar a data da primeira publicação, embora tenha trabalhado com a edição de 1996, pois queria marcar o surgimento preciso do trabalho de Marroquim.

⁷ Exemplo retirado de Marroquim (1996, p.138).

Em princípio, esse fato parece implicar na necessidade de clareza. Os pronomes **lhe** e **o, a, os, as** indicam a 2ª e a 3ª pessoas: Dei-**lhe** um livro. Antonio? Eu **o** vi (3ª pessoa). Meu caro, venho pedir-**lhe** um favor. (2ª pessoa – você).

A dualidade das formas **lhe** e **o** para uma só relação gerou a confusão no seu emprego. A linguagem usual encontrou a solução na especificação. O pronome **lhe** passou a indicar 2ª pessoa e **o**, 3ª pessoa, como podemos observar nos exemplos apresentados abaixo:

(14) Eu **lhe** vi = Eu vi você.

(15) Eu **o** vi = Eu vi ele.

É importante destacar que o uso da forma **lhe** como acusativo não é um fenômeno exclusivo do PB. Segundo Ramos (1999, p. 86), no português moçambicano e no espanhol peninsular, são frequentes sentenças com a presença do fenômeno em estudo, como podemos verificar nos exemplos⁸ abaixo:

(16) O António tinha um padre que **lhe** educava.

(17) Ficaram aborrecidos e prenderam-**lhe**.

Vale ressaltar que nos exemplos (16) e (17), no português moçambicano, *educava* e *prenderam* são verbos transitivos diretos, isto é, esses verbos selecionam um complemento direto. Em suma, o clítico **lhe** exerce a função de acusativo sendo o verbo responsável por tal alteração no sistema pronominal.

É de fundamental importância mencionar a existência de uma outra língua – o galego – que também registra o fenômeno do pronome **lhe** usado como acusativo, conforme Ramos (1999).

A nossa hipótese pressupõe que existe alguma correlação entre a perda da distinção de segundas e terceiras pessoas do pronome **lhe**, o quase

⁸ Os exemplos (16) e (17) foram extraídos de Gonçalves (1996) *apud* Ramos (1999).

desaparecimento dos clíticos de 3ª pessoa (**o, a, os, as**) e o enfraquecimento da concordância no PB, contribuindo para a reorganização do sistema pronominal do PB.

Na verdade, essa hipótese não é novidade, pois Galves (1996) já defendia a hipótese de que o desaparecimento do clítico acusativo e a reorganização dos pronomes, assim como as outras inovações sintáticas do PB, resultavam do enfraquecimento do elemento de concordância na flexão (INFL).

Defendemos também neste trabalho que o clítico **lhe** usado como dativo e como acusativo já se especificou no PB, isto é, que as duas funções do pronome **lhe** são aceitas no PB.

Este trabalho está apoiado no quadro teórico da Gramática Gerativa, especialmente no modelo de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY, 1981, 1986, 1993). Destacaremos a Teoria X–Barra, a Teoria Temática, Teoria de Caso e a Teoria de Ligação, importantes para ajudarmos a compreender o que ocorre com os clíticos, especialmente o clítico **lhe**, observando o seu comportamento sintático e descrevendo os contextos estruturais em que o pronome **lhe** se evidencia no PB.

Utilizaremos os dados produzidos por falantes nativos da cidade de Maceió, pertencentes ao banco de dados do Projeto Língua Usada em Alagoas (LUAL), coordenado pela Profa. Dra. Denilda Moura. Sentenças retiradas de cartas pessoais produzidas por jovens escolarizados, do ensino fundamental e médio. Paralelamente, analisaremos dados de introspecção, a fim de verificar o que motiva o comportamento sintático do pronome **lhe**, usado como acusativo e como dativo, e ainda, observar a reorganização do sistema pronominal no PB.

Uma das teorias que deram sustentação para este trabalho, em um estágio anterior, pesquisa de mestrado, foi a da Variação Linguística, também conhecida como sociolinguística quantitativa, que trabalha com dados quantitativos e probabilísticos e cujo precursor é William Labov, que veio trazer para o centro de interesse dos estudos linguísticos o

próprio uso do falante. Métodos quantitativos foram introduzidos e aperfeiçoados para dar tratamento estatístico aos dados, levando à constatação de regularidades de uso, associadas aos diversos condicionamentos.

Constatamos, nesta pesquisa, uma frequência favorável no uso do pronome **lhe** como acusativo, em textos informais de jovens escolarizados, na cidade de Maceió-AL.

Segue agora a exposição da fundamentação teórica que nos permitirá analisar essas particularidades que os clíticos apresentam no PB.

1.2 Pressupostos Teóricos

Para esta tese, utilizamos o Programa de Investigação da Gramática Gerativa, na sua versão da Teoria de Princípios e Parâmetros, (cf. CHOMSKY, 1981, 1986, 1993), uma vez que acreditamos ser importante para ajudarmo-nos a compreender o que acontece na sintaxe dos clíticos, especialmente o clítico **lhe** no PB.

A partir de sentenças retiradas de cartas pessoais e os dados de introspecção, desenvolvemos nosso trabalho, observando as estruturas em que aparecem os clíticos **me**, **te**, **se**, **nos** e ainda a forma pronominal **lhe** acusativa e dativa.

Pretendemos, neste capítulo, apresentar a abordagem teórico-metodológica assumida nesta tese. Primeiramente, mostraremos uma visão panorâmica sobre a Teoria Gerativa. Em seguida, apresentaremos uma revisão das ideias principais sobre o modelo de Princípios e Parâmetros, proposto por Chomsky (1993), em especial, as noções teóricas dos

seguintes componentes modulares: Teoria X-barras, Teoria temática, Teoria do Caso e Teoria de Ligação.

1.2.1 A Gramática Gerativa

A base teórica que orientará esta pesquisa é a da Gramática Gerativa. O surgimento da gramática gerativa provocou uma revolução a partir da década de 50 ao deslocar a discussão acerca da aquisição da linguagem e da natureza do conhecimento linguístico do eixo empírico para o cognitivo.

Visto que toda teoria linguística tem um objeto de estudo, podemos dizer que a Gramática Gerativa ocupa-se, privilegiadamente, da sintaxe das línguas. Mas a sintaxe das línguas não é seu objeto de estudo; é apenas um meio para descrever uma entidade teórica chamada Gramática Universal (doravante GU). Esse é o objeto de estudo da Gramática Gerativa (cf. VITRAL, 1995).

Raposo (1992, p. 15) assim definiu esse objeto de estudo:

O empreendimento generativo tem como objeto central, por um lado, a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas humanas) e, por outro lado, a caracterização da Gramática Universal, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente linguística (isto é, não partilhada por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e maturação, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente de cada indivíduo adulto.

Quando falamos em GU, alguns pensam em nivelamento geral das várias línguas particulares, o que não é adequado. Não queremos dizer que as várias gramáticas particulares devam ser idênticas. O que deve existir é a evidenciação de uma gramática que estaria subjacente a todas as línguas, trazendo em seu bojo meios que permitissem a combinação e a relação de termos das diversas línguas, até chegarmos aos níveis de representação, coordenados por um conjunto de princípios que torna restrita a combinação desses termos.

Se as gramáticas particulares não são idênticas, mas permeadas por aspectos sintáticos comuns a todas as línguas do mundo, é interessante trabalhar, então, com a noção de parâmetro, pois, na verdade, a GU contém princípios aos quais se associam parâmetros que serão fixados pela experiência e que determinam as possibilidades de variação gramatical das línguas (cf. VITRAL, 1995).

Dessa forma, dizemos que a Teoria de Princípios e Parâmetros, como ficou conhecida inicialmente na Teoria Gerativa, é um modelo que procura, por sua natureza modular, investigar de forma adequada os princípios que constituem o estado inicial da faculdade da linguagem, bem como sua interação na constituição da gramática particular.

Pela hipótese da GU, a linguagem é inerente aos seres humanos e todos eles estão preparados para desenvolver essa faculdade da linguagem, bastando, para isso, estar exposto a determinada língua. Assim, assume-se que nenhuma língua é ensinada ao ser humano, pois sua aquisição não se restringe a adquirir estruturas linguísticas externas.

Após a exposição com a língua, o falante nativo, de posse da GU, vai ampliando seus conhecimentos linguísticos. Podemos dizer, então, que a Gramática Gerativa se preocupa com a gramática subjacente, que nada mais é do que essa gramática internalizada que nós, falantes nativos, temos de nossa língua e que sabemos manejar adequada e intuitivamente. Entretanto, o falante não precisa descrever ou explicitar essa mesma

gramática implícita, que maneja, competindo tal trabalho à linguística gerativa.

Em Chomsky (1986), discutem-se os conceitos de Língua-I, ou seja, língua internalizada, e de Língua-E, que é a língua externa. A Língua-I seria o estágio inicial, também conhecido como competência gramatical, sistema computacional ou gramática internalizada, constituindo-se um fenômeno individual, um sistema representado na mente-cérebro de um indivíduo particular. É, assim, um objeto mental, o próprio saber que as pessoas têm de sua língua, enquanto língua materna. Ao contrário, a Língua-E pode ser entendida como o conjunto de estruturas partilhadas por uma comunidade de fala, ou seja, é o conhecimento linguístico compreendido independentemente das propriedades da mente-cérebro do falante nativo de determinada língua. Portanto, a Língua-E pode ser definida como a totalidade de enunciados que um indivíduo é capaz de aprender numa comunidade de fala.

Então, a gramática de uma língua é o estado de saber linguístico dos falantes que têm essa língua como língua materna.

Um dos aspectos importantes da Teoria Gerativa é que ela procura fazer a descrição do que se passa com os falantes no que diz respeito ao trabalho criativo da língua, demonstrando clara capacidade de generalização e pondo em evidência regularidades subjacentes antes ignoradas. Assim procedendo, a Gramática Gerativa permite a caracterização de noções como gramaticalidade, agramaticalidade e ainda o grau de gramaticalidade em questão.

Em se tratando da Sintaxe da língua, por exemplo, uma teoria científica de organização sintática das sentenças deve, antes de tudo, observar todas as sentenças que efetivamente são próprias da língua, sem ignorar nenhuma delas (Miotto et al, 1999).

Dessa forma, a capacidade para desenvolver a linguagem é uma habilidade inata do ser humano: já nascemos com ela. E como a espécie

humana é caracterizada pela racionalidade, a questão fundamental para essa linha de estudo é a relação entre linguagem e pensamento.

A Gramática Gerativista, conforme Lyons (1974, p.43),

é aquela que projeta qualquer dado conjunto de sentenças contra o conjunto mais amplo, e possivelmente infinito de sentenças que constitui a língua sob descrição, e que tal propriedade da gramática é a que reflete aspecto criador da linguagem humana.

Para Chomsky, a linguagem é um conhecimento inato do cérebro/mente dos indivíduos, e as regras que comandam a linguagem são igualmente inatas. A faculdade da linguagem aparece então como intrínseca à espécie humana, isto é, faz parte da natureza humana.

Nesse sentido, o quadro teórico gerativista, Chomsky (1986, p. 23), visa buscar respostas às seguintes questões relacionadas ao desenvolvimento do sistema de conhecimentos interiorizados na mente humana:

- (a) Qual o conteúdo que constitui o conhecimento do falante de uma determinada língua⁹ particular? O que existe na mente deste falante que lhe permite compreender e falar expressões e ter intuição da natureza fonológica, sintática e semântica sobre sua língua?
- (b) Como se desenvolve o sistema de conhecimentos da língua que é interiorizada na mente / cérebro do falante em situações discursivas?
- (c) Como o sistema de conhecimentos adquirido da língua é utilizado pelo falante?

⁹ Vale ressaltar a diferença feita por Chomsky entre língua-I e língua-E. A primeira diz respeito ao conhecimento interiorizado na mente/cérebro do falante, importante quando se estuda a faculdade da linguagem; a segunda, diz respeito ao produto desse conhecimento, i.e., aos enunciados de uma língua natural.

(d) Quais são os sistemas físicos no cérebro que servem de base para o conhecimento linguístico do falante?

Partindo dessas questões, uma das preocupações básicas de Chomsky é, portanto, compreender como se dá a aquisição de uma língua particular partindo de um conjunto de princípios inerentes à mente humana que permitem ao falante não só reproduzir, como também criar estruturas fráscas num determinado ambiente linguístico.

A Gramática Gerativa, segundo Chomsky (1986, p.26), “ocupa-se primordialmente da inteligência do leitor, dos princípios e dos processos acionados para atingir o conhecimento total da língua”.

O enfoque das pesquisas gerativas tem sido dado à adequação explicativa dos princípios rígidos responsáveis pelas propriedades invariáveis nas línguas particulares, assim como à explicação dos princípios flexíveis (Parâmetros) cuja fixação de seus valores ((+) ou (-)) estabelecem diferenças entre essas línguas. É sob esse enfoque teórico, chamado Modelo de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY, 1981, 1986, 1993), que desenvolveremos o estudo no que concerne à sintaxe dos clíticos no PB, especialmente sobre o clítico **lhe** usado como dativo e como acusativo.

1.2.2 O Modelo de Princípios e Parâmetros

O Modelo de Princípios e Parâmetros não é um sistema teórico articulado de modo impreciso, mas sim uma abordagem particular de problemas clássicos de estudo da linguagem humana, guiado por determinadas ideias chave que vêm tomando forma desde as origens da gramática gerativa.

A teoria gerativista tem como objetivo propor uma teoria das gramáticas das línguas naturais que seja a mais restrita possível, pois se baseia na visão de que as línguas naturais representam uma capacidade cognitiva com uma estrutura e organização específicas, passíveis de serem representadas. Essa estrutura cognitiva teria certas propriedades genéticas inatas, propostas como um sistema de princípios e regras, de caráter universal, que podem explicar como se adquire uma língua e como se podem compreender frases nunca antes ouvidas.

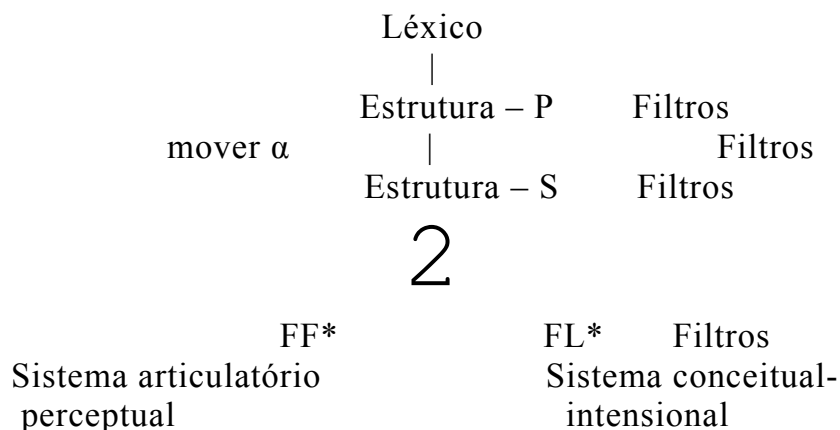
Sobre as questões colocadas, Raposo (1992, p. 28) diz que:

O empreendimento gerativista atribui um lugar central à questão (2), tanto do ponto de vista filosófico/epistemológico como do ponto de vista da teoria gramatical propriamente dita. Em particular, o cuidado atribuído à interação entre (1) e (2) é a pedra-de-toque da gramática gerativa: qualquer proposta relativa ao tipo de conhecimento inicial que a criança traz para o processo de aquisição tem de poder explicar adequadamente o caráter dos conhecimentos adquiridos relativamente a uma língua particular [...]

A partir do exposto acima, é evidente o desenvolvimento de questões teóricas dentro do quadro da teoria gramatical chomskyana, como a mudança conceitual da gramática como um sistema de regras

(sintagmáticas, transformacionais e morfofonológicas) para uma gramática modular, vista como um sistema de princípios e parâmetros.

Assim, destacando a língua-I, a gramática em Princípios e Parâmetros passa a ter a seguinte configuração (cf. CHOMSKY 1981, 1986 e 1993).



* interface com outros módulos da linguagem

Nesse modelo, o léxico fornece os itens lexicais que geram o componente de base – estruturas–P, que exprimem funções e relações gramaticais semanticamente relevantes. Em seguida, essas estruturas são convertidas em estruturas–S, representando o componente sintático pela aplicação de mover α . As regras fonológicas e outras convertem as estruturas–S em representações fonéticas associadas a categorias sintagmáticas de superfície. Dessa forma, as regras de FL¹⁰ convertem, de modo independente, as estruturas-S em representações de FL, onde estão representados o escopo e outras propriedades (cf. RAPOSO, 1992 e CHOMSKY, 1986).

Chomsky (1986, p.82) afirma ainda que

FF e FL constituem a <interface> entre a língua e outros sistemas cognitivos, produzindo, por um lado, representações

¹⁰ É importante ressaltar que a regra central em FL também é mover α , só que em sintaxe não-visível.

directas do som, e por outro lado, do significado, quando a língua e outros sistemas (incluindo sistemas de percepção e de produção, sistemas conceptuais e sistemas pragmáticos) interagem.

Nessa proposta de investigação, a gramática é modular, isto é, formada por um conjunto de módulos que é constituído de princípios e parâmetros.

Conforme Chomsky (1986, p. 153),

a GU consiste, sim, em vários subsistemas de princípios; tem a estrutura modular que se descobre regularmente na investigação dos sistemas cognitivos. Muitos desses princípios estão associados a parâmetros que têm de ser fixados pela experiência.

Portanto, entendemos por princípios um conjunto de leis gerais, rígidas, ao qual obedecem todas as línguas, como é o caso de todas as línguas naturais possuírem, em suas orações um NP sujeito e um VP predicado, o que subsidiou o princípio EPP. Diferentemente, entendemos como parâmetros os princípios flexíveis responsáveis por constituírem a diferença entre as línguas. Como exemplo, temos o parâmetro do sujeito nulo. Em algumas línguas, é possível a não-realização fonética do pronome sujeito, como é o caso do italiano e do português, conforme exemplos (a) e (b), e outras em que a realização fonética do pronome é obrigatória, como é o caso do inglês e do francês, conforme verificamos em (c) e (d).

- a) *pro* piove. (italiano)
- b) *pro* chove. (português)
- c) It rains. / * *pro* rains. (inglês)
- d) Il pleut. / * *pro* pleut. (francês)

Os princípios e parâmetros da Gramática Universal estão pressupostos, por sua vez, nos diferentes módulos da gramática, a saber: (1)

teoria X-barras; (2) a teoria temática; (3) a teoria do Caso¹¹ e (4) a teoria da ligação, que estão relacionados ao nosso objeto de investigação: a sintaxe dos pronomes clíticos no PB, especialmente do clítico **lhe**.

1.2.2.1 Teoria X-barras

A respeito da Teoria X-barras, Chomsky (1986, p.65) postula que “cada categoria lexical X (X = N, V, A, P) é núcleo de uma categoria X’ (X-barras), constituída por X e pelos seus complementos”. Disso decorre que a questão central da teoria X-barras está em prover uma estrutura de constituintes organizados hierarquicamente de tal modo que se possa atribuir a cada um deles uma função dentro da sentença, partindo de seu núcleo. Assim sendo, a noção de hierarquia de constituintes está prevista em todas as línguas naturais, estando condicionada à variação paramétrica a ordem em que se apresentam (cf. RAPOSO, 1992).

Essas categorias se expandem e permitem gerar configurações sintáticas como a seguir:¹²

¹¹ Por convenção, o termo técnico «Caso» é escrito com a letra inicial maiúscula para se distinguir da palavra «caso» tendo como sinônimo «situação». Espero que essa convenção seja suficiente para distinguir claramente a acepção técnica da palavra e o seu uso comum.

¹² Esses esquemas foram retirados de Raposo (1992, p. 160).

(18)	a. NP	b. VP	c. PP	d. AP
	7		7	7
	7			
	N	V	P	A

Depreendemos então que qualquer categoria sintagmática tem uma categoria lexical principal. Assim, VP pode conter apenas V; NP deve conter apenas N; PP pode conter apenas P; e AP pode conter apenas A, satisfazendo dessa forma ao princípio da endocentricidade: “(i) Uma categoria sintagmática XP tem obrigatoriamente um núcleo pertencente a uma categoria lexical principal; (ii) para uma dada categoria XP, o núcleo pertence à categoria lexical correspondente X”.¹³ (RAPOSO, 1992, p.162).

Mostrado esse princípio, é importante considerar que a diferença estabelecida entre as categorias sintagmáticas e lexicais é de nível hierárquico, estando o nível estrutural 1 (X') atribuído às categorias sintagmáticas e o nível estrutural 0 (X° ou X) atribuído às categorias lexicais. A projeção de uma categoria lexical numa configuração hierárquica, como a seguir:

(19)	X'
	7
	X°

é chamada teoria X–barra.

O princípio da endocentricidade pertence à Gramática Universal (GU), fazendo parte da contribuição genética que serve de base à aquisição da linguagem, restringe, consideravelmente, a forma possível que as gramáticas particulares podem tomar (cf. RAPOSO, idem, p. 164).

¹³ Entenda-se X e XP como as variáveis sobre as categorias lexicais e as categorias sintagmáticas, respectivamente.

Logo, percebemos que, em decorrência disso, são impossíveis configurações sintáticas a partir da projeção de uma categoria lexical, como mostramos a seguir:

(20)	a. NP	b. VP	c. PP	d. AP
		7	7	7
7	V	P	A	N

É possível observar que a forma linear hierárquica desses constituintes pode variar em línguas particulares. Como exemplo dessa observação, podemos verificar que Raposo (idem, p.185) mostra que, ao tomar como base a ordenação linear, a posição estrutural do verbo em línguas como o inglês e o português ocorre no início do VP, precedendo os seus complementos. Já em línguas como o Turco e o Japonês, o verbo ocorre no final do VP.

(21) Ex.: a. Turco
 Çocuklar [kazi gordu].
Crianças ganso viram
 <<As crianças viram o ganso>>

(22) Ex. b. Japonês
 Taroo- ga [Hanako- ni tegami-o kaita].
Taroo Nom. Hanako Dat. Carta Ac escreveu
 <<Taroo escreveu uma carta à Hanako>>

Os exemplos acima mostram apenas alguns dos aspectos em que as línguas humanas podem variar no que se refere à ordenação dos constituintes. Outros elementos em que pode ocorrer variação é a ordem entre adjetivo atributivo e nome, entre verbo auxiliar e verbo principal, dentre outros.

Vale mencionar que desenvolvimentos recentes dentro da teoria X-barra têm se preocupado com a integração das categorias IP (Inflectional Phrase), CP (Complementizer Phrase) e DP (Determiner Phrase) na estrutura, mostrando que essas categorias, além de não apresentarem núcleos lexicais, pois possuem a posição de especificador (Spec), tomam, estritamente, a configuração sintática de duas barras-X''.

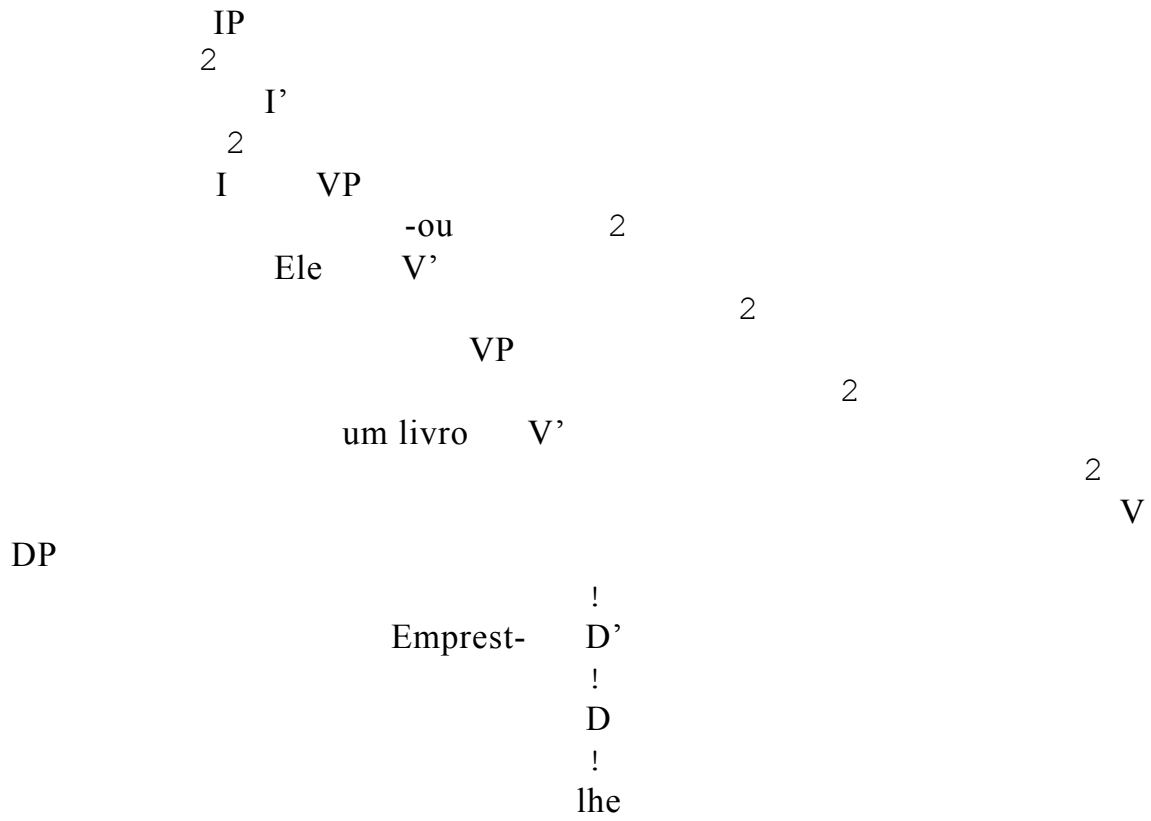
As categorias I, C, e D que projetam, respectivamente, as categorias I', C' e D', correspondem às categorias funcionais que, diferentemente, das categorias lexicais (N, V, A e P) "(i) possuem uma (e uma só) posição de especificador; (ii) formam classes fechadas (e restritas) de elementos; (iii) não possuem o valor semântico normalmente associado às categorias lexicais e (iv) subcategorizam obrigatoriamente um (um só) complemento" (cf. RAPOSO, 1992, p. 209).

É importante acrescentar que, neste estudo, deteremos mais atenção sobre a categoria DP. Assim, descreveremos contextos estruturais em que o DP complemento é selecionado pelo VP da frase. Analisaremos, ainda, a natureza categorial dos clíticos (Ds ou afixos flexionais).

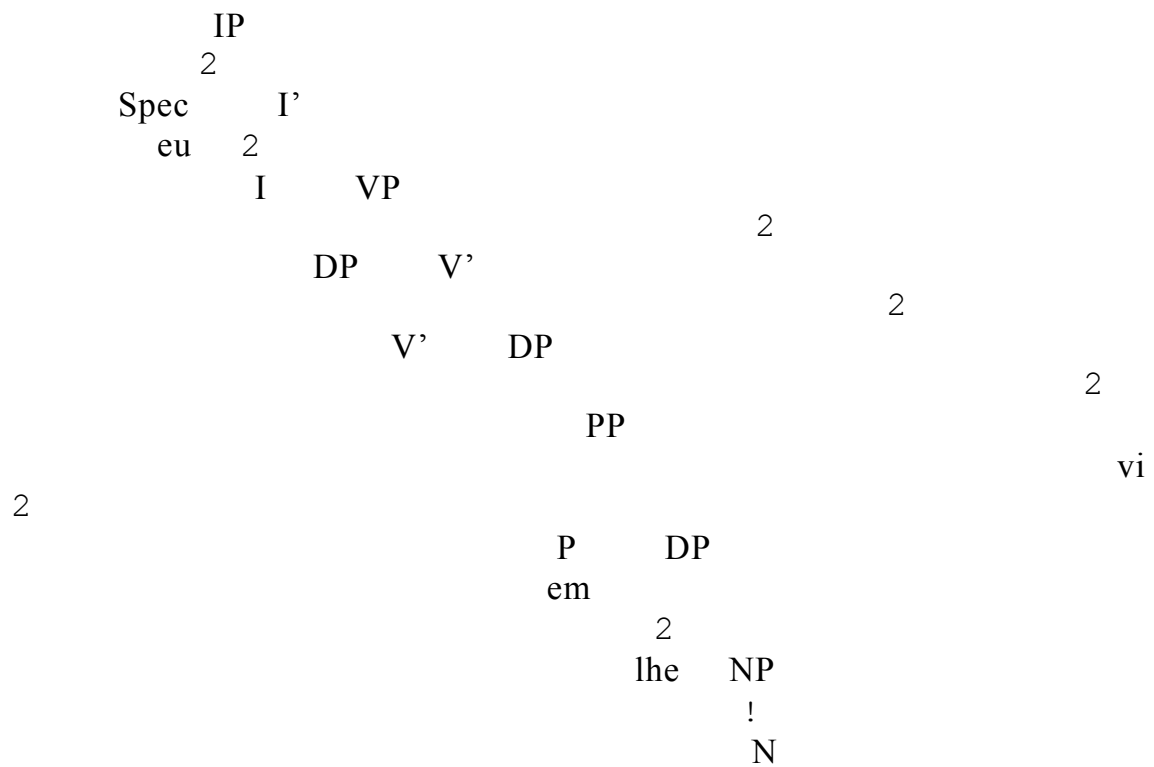
Observamos, então, nas duas sentenças a seguir (IP representa a sentença, projeção de INFL). O VP (verbo da frase) seleciona o DP (complemento).

Observem os exemplos abaixo:

(23) Ele **lhe** emprestou um livro.



(24) Eu **lhe** vi no cinema.



!
cinema

1.2.2.2 Teoria Temática

Da mesma forma que as categorias lexicais N, V, A e P são núcleos de uma categoria sintagmática na teoria X–barra, elas possuem, em princípio, no âmbito da teoria temática (teoria- θ ¹⁴), a capacidade de selecionar argumentos que completem seus sentidos, “convertendo o predicador numa expressão semanticamente completa” (cf. RAPOSO, 1992, p.275).

Vale salientar que a relação entre predicadores e argumentos é fator determinante para o estabelecimento da estrutura temática das frases cujos constituintes argumentais suportam funções- θ que são atribuídas na estrutura-D. No nível da oração, o predicador mais importante é o verbo. Em se tratando do predicado verbal, este não só pode selecionar um argumento (o argumento externo), como também pode selecionar semanticamente e subcategorizar um argumento (o argumento interno).

A teoria temática é entendida como o módulo da Gramática que tem se ocupado da estrutura temática das orações, e da maneira como esta estrutura se articula com a estrutura sintática propriamente dita.

Raposo (1992. p. 277) afirma a esse respeito que

esta teoria contém uma componente conceptual, que se ocupa da caracterização semântica das funções temáticas, e uma componente formal, que tem a ver com as propriedades estruturais das representações sintáticas que são determinadas pelo facto de estas conterem expressões com funções temáticas, independentemente da caracterização semântica particular dessas funções.

¹⁴ Na teoria temática utiliza-se frequentemente a letra grega << θ >> em vez da palavra <<temático/a>>. Assim, escreve-se <<função- θ >> em vez de <<função temática>>, e <<teoria- θ >> em vez de <<teoria temática>>.

Sobre isso, é importante observar que, na interação dos itens lexicais em estrutura frásica, é estabelecida uma rede de relações semânticas entre o predicador e os seus argumentos, satisfazendo o Princípio de projeção que postula: “as representações em cada nível sintático (estrutura-D, estrutura-S e LF) são projectadas no léxico, isto é, observam as propriedades temáticas e de subcategorização dos itens lexicais” (cf. RAPOSO, 1992, p. 294).

A título de ilustração, as sentenças abaixo apresentam a relação semântica entre os predicadores e seus argumentos na atribuição da função- θ :

- a. [IP [Os vestibulandos] acertaram [a questão]] (V)
- b. [IP [O Pedro] está satisfeito [com sua casa]] (A)
- c. O [NP escritor [do romance]] (N)
- d. [IP [Ela] emprestou [o filme] [a João]] (P)

No exemplo (a), o verbo *acertaram* atribui a função- θ Agente ao sujeito da frase (Os vestibulandos) e a função- θ alvo ao objeto subcategorizado pelo verbo (o alvo). Em (b), o adjetivo *satisfeito* atribui a função- θ Experienciador Psicológico ao sujeito (O Pedro) e ao DP (sua casa) é atribuída a função- θ objeto de experiência psicológica. Em (c), o nome *escritor* atribui a função- θ Paciente ao DP (o romance). Finalmente, em (d), a preposição *a* atribui a função- θ Beneficiário ao DP objeto da preposição (João), enquanto o verbo *dar*, por sua vez, atribui funções- θ Agente e Tema aos DPs (Ela) e (o filme), respectivamente.

Percebemos que mesmo admitindo que todas as categorias lexicais têm a capacidade de funcionar como predicadores, algumas delas revelam-se como tendo “uma <<predisposição>> intrínseca para desempenhar esse papel: é o caso dos verbos e dos adjetivos, os predicadores por excelência” (cf. RAPOSO, 1992 p. 278).

Nesse sentido, a teoria- θ se desenvolve a partir da grelha temática dos verbos que c-selecionam e s-selecionam seus argumentos. Dessa forma, é possível verificar, nesse estudo, como se dá o comportamento sintático dos clíticos em relação à projeção VP, uma vez que o estatuto dos clíticos enquanto predicador parece, dentro desse quadro teórico, não estar claramente definido.

Com isso, é importante ressaltar que os elementos que podem funcionar como argumentos necessitam de um potencial de referência, compreendendo a maioria dos DPs – que nomeiam entidades – e as orações – que designam situações. Essas são duas categorias gramaticais que podem ser suportes de funções- θ .

1.2.2.3 Teoria do Caso

É importante considerar que a teoria do Caso, dentro do modelo de Princípios e Parâmetros, “ocupa-se da questão do modo de Caso” (cf. CHOMSKY, 1986, p.189). Isso implica dizer que a atribuição de Caso é a propriedade de todas as línguas particulares, ou seja, através de um filtro, denominado Filtro do Caso (chamado também de Filtro de Caso Morfológico), os DPs realizados foneticamente recebem um Caso. O que muda de uma língua para outra é o fato de algumas terem realização morfológica e outras apenas sintática, i.e., de forma abstrata. (op. cit. p. 189). Como exemplo de línguas cujos DPs recebem Caso Morfológico tem-se o latim e o alemão. Ao contrário, têm-se o inglês e o português, por exemplo, que têm o Caso não marcado morfológicamente, respeitando-se a natureza do Caso abstrato.

Em línguas como o sânscrito, o latim e o russo, o Caso é manifestado morfologicamente nos DPs, conferindo-lhes uma função gramatical e sintática. Já em línguas como o português e o francês, o Caso é manifestado diferentemente. Isso não implica dizer que em línguas como o português e o francês não existam propriedades com marcas Casuais morfológicas, como o latim, só que sua forma de apresentação na morfologia visível difere, já que é necessário levar em conta, por exemplo, condições como adjacência, dentre outras.

Em português, por exemplo, os pronomes diferenciam-se formalmente em quatro grupos Casuais distintos: nominativo, acusativo, dativo e o oblíquo (também conhecido como forma forte ou preposicional). Vejamos as seguintes frases.

- a. **Eu** (nom.) entreguei-**lhe** (dat.) o livro.
- b. **Tu** (nom.) viste-**o** (ac.) hoje.
- c. **Ele** (nom.) jogou-**a** (ac.) para **mim**. (obl)

Observamos que cada Caso particular é determinado diretamente pela presença de um elemento linguístico particular no contexto do DP que recebe esse Caso. O Caso nominativo manifesta-se num DP na posição de sujeito. O Caso acusativo e o Caso dativo manifestam-se num DP no contexto de um verbo transitivo. O Caso oblíquo, por sua vez, manifesta-se num DP no contexto de uma preposição.

Com isso, pode-se conceber a presença desses Casos nos DPs como sendo o resultado de uma atribuição Casual direta pelas categorias Infl[+Agr], V e P, às quais são chamadas de atribuidores casuais. Observem as formulações das regras a seguir:

- (i) Infl[+Agr] atribui Caso nominativo a um DP na posição de sujeito.
- (ii) V atribui Caso acusativo a um DP no contexto de um verbo transitivo;
- (iii) P atribui Caso oblíquo a um DP no contexto de uma preposição.

Dessa forma, observamos que um aspecto importante a ser mencionado desses contextos é o fato de serem locais, ou seja, cada um dos atribuidores Casuais atribui um Caso ao DP mais próximo dele. Essa noção de “localidade” está na base dos contextos de atribuição Casual desembocada numa condição proposta por Chomsky (1980, 1981) a partir do conceito de regência. Essa condição explicita que “a atribuição Casual a um DP é feita sob a regência do DP pela categoria que lhe atribui Caso.” (cf. RAPOSO, 1992, p.353).

Com isso, é possível afirmar que um DP pode receber um Caso nominativo, um Caso acusativo ou um Caso oblíquo sob a regência de Infl[+Agr], V e P, respectivamente.

Diante dessa assertiva, é importante conhecer o conceito de regência proposto inicialmente, aliado às noções de c-comando e m-comando que não satisfaziam às restrições impostas por cada atribuidor Casual. Isto é, existiam ambiguidades inaceitáveis, como, por exemplo, o fato de a categoria Infl, por m-comandar as outras projeções máximas descendentes, poder atribuir Caso não só ao Spec de IP, como também ao objeto de V e ao DP objeto de P.

Como saída para esse problema foi inserido no conceito de regência a noção de barreira, já que determinadas categorias contam como barreiras para a relação de regência. Vejamos o conceito de regência reformulado.

Regência Nuclear

A N-rege B sse

(i) $A = \{N, V, P, \text{Infl}[\text{agr}]\}$

(ii) A m-comanda B

(iii) Não existe nenhuma categoria t, t uma barreira, tal que t exclui A e t domina B¹⁵ (RAPOSO, 1992, p.359)

Com essa reformulação de conceito, assegura-se às categorias atribuidoras de Caso que, mesmo sendo regidas por uma projeção ascendente, esta não será responsável pela atribuição Casual do DP complemento da categoria regida. A esse respeito Raposo (1992, p. 360) propõe que:

Regência é a relação local que se estabelece entre um núcleo X° (...), o seu especificador e os seus complementos, mas nenhuma das categorias que esses dominam, ou seja, é uma relação entre elementos contidos estritamente nas mesmas projeções máximas. Em particular, segundo esta definição, X° não rege nenhuma categoria contida dentro do seu especificador ou dentro dos seus complementos, visto que estes elementos estão contidos em projeções máximas que não contêm a regência X° .

Dada essa condição, observamos uma estreita relação entre condições Casuais e temáticas sobre cadeias. Isso tem sido um

¹⁵ É importante esclarecer que τ só exclui A sse nenhum dos segmentos de τ domina A. Assim, nos esquemas abaixo, observamos que em (1) τ exclui A (e vice-versa), mas num contexto de adjunção, como em (2), τ inclui a categoria A:

	(1) XP	(2) XP	
!			3
τ		A	τ
3			3
A	τ	B	C
		3	
B	C		

desdobramento importante na teoria, já que no âmbito da Teoria do Caso, um DP foneticamente realizado é suporte de um Caso abstrato. Isso estabelece uma interface entre a morfologia e a semântica.

Retomando Galves (2001), no Programa Minimalista, a autora mostra que os clíticos, por sua natureza morfológica, e especialmente por sua marcação Casual, satisfazem de maneira particular o princípio geral que determina que todo elemento nominal se encontre em uma posição de atribuição de Caso. Na verdade, eles devem estar no mesmo núcleo que seu atribuidor de Caso, o verbo. Mas por outro lado, Chomsky propõe, no Programa Minimalista, que toda relação Casual envolve um núcleo funcional de concordância. O clítico, então, deve ficar, juntamente com o verbo, em um núcleo de concordância.

Adotando a hipótese de Pollock (1989), que divide a categoria funcional IP, em Concordância (AGR) e Tempo (T), ou seja, em dois núcleos distintos, Galves (2001) admite que, na configuração arbórea, AGR domina T. Considerando que AGR é fraco e o Tempo é forte no PB, o verbo, então, se move até T, na sintaxe visível, para verificar o traço forte que se relaciona a essa categoria funcional. Já os seus traços de concordância não precisam ser verificados na sintaxe visível, pois a concordância é fraca em PB.

A autora sugere, então, uma explicação alternativa, baseada na teoria do Caso. Já que o verbo não se move mais para AGR na parte visível da derivação, a solução para esta aparente contradição pode ser encontrada na distinção entre Caso estrutural e Caso inerente proposto por Chomsky (1995). O que define o Caso inerente, contrariamente ao Caso estrutural, é sua atribuição de papel temático pela categoria que o atribui.

Para Chomsky, “a marcação Casual é um fenômeno essencialmente *sintático*: os DPs recebem um Caso «abstracto» na sintaxe, o qual pode ou não receber uma manifestação morfológica consoante as línguas particulares” (cf. RAPOSO, 1992, p.350).

Então, notamos que os Casos de qualquer língua particular dividem-se em: Casos estruturais e Casos inerentes. A respeito desses dois tipos de Caso, Chomsky (1986, p. 194) apresenta o seguinte ponto de vista:

Temos de distinguir os «Casos estruturais » objectivo¹⁶ e nominativo, atribuídos em estrutura-S, dos «casos inerentes» atribuídos em estrutura-D. Estes últimos incluem o Caso oblíquo atribuído pelas preposições e agora, também o Caso genitivo, que assumimos ser atribuído por nomes e adjetivos da mesma forma que os verbos atribuem, normalmente, o Caso objectivo. O Caso inerente está associado à marcação- θ , enquanto o Caso estrutural não está [...].

Percebemos que os Casos estruturais e os Casos inerentes possuem propriedades diferentes relativamente à maioria dos parâmetros que atribuem a marcação de Caso. Uma dessas diferenças diz respeito ao nível em que o Caso é atribuído: enquanto o Caso estrutural é atribuído em estrutura-S, o Caso inerente é atribuído em estrutura-D.

Galves (2001) afirma que o comportamento dos clíticos do PB é coerente com a ideia de que seu Caso é inerente e não estrutural. Isso implica o carácter altamente local da relação verbo – clítico no PB, se comparado às línguas românicas.

1.2.2.4 Teoria de Ligação

¹⁶ Por objectivo entenda-se acusativo.

A teoria de ligação foi desenvolvida com a intenção de dar conta de como as propriedades referenciais nominais, subclassificadas em anáforas, pronomes e expressões referenciais interfeririam na sua distribuição na sentença. Essa distribuição segue os princípios a seguir:

Princípios de Ligação (Chomsky, 1986):

- (i) Uma anáfora deve ser presa no seu domínio de ligação.
- (ii) Um pronome deve ser livre no seu domínio de ligação.
- (iii) Uma expressão R(eferencial) deve ser livre.

Para que uma anáfora possa ocorrer numa frase não basta que essa frase tenha um antecedente potencial que concorde gramaticalmente com ela. Além disso, a relação configuracional entre a anáfora e o seu antecedente tem de obedecer a condições estruturais. O mesmo acontece em relação ao que se estabelece entre um pronome e o seu antecedente.

Consideremos as seguintes sentenças retiradas de Raposo (1992):

- (25) a. **Esse aluno** considera-**se** muito inteligente.
- b. Esse aluno considera-**o** muito inteligente.

(Exemplo de Raposo, 1992, p.260)

Percebemos que em (25a) a anáfora **se** é permitida, tomando como antecedente o DP **esse aluno**; já em (25b) apenas a leitura de referência disjuntiva é permitida, ou seja, o pronome **o** não pode tomar como antecedente o DP **esse aluno**.

Chomsky (1981) assume que as relações anafóricas são também sujeitas às exigências de concordância entre a anáfora e o seu antecedente.

Observando o clítico **lhe** na sentença a seguir,

- (26) Esse aluno considera-**lhe** muito inteligente.

Percebemos que em (26) a leitura também não pode tomar como antecedente o DP **esse aluno**. A forma pronominal **lhe** como acusativo fica livre do seu domínio de ligação, contrariamente à anáfora, que é uma forma que deve ficar presa ao seu domínio de ligação.

1.3 Estruturação da Tese

Esta tese está organizada da seguinte forma. No segundo capítulo, descrevemos o quadro pronominal do Português Brasileiro, levando em consideração a tradição gramatical e os pronomes nos estudos linguísticos, apresentando as inovações que envolvem os pronomes na função de sujeito, na função de dativo e na função de acusativo, e ainda, mostramos o mapeamento e a inovação da forma pronominal **lhe** no PB.

No terceiro capítulo, mostramos alguns apontamentos importantes sobre a concepção de clíticos, apresentando a descrição de algumas propriedades dos clíticos **me**, **te**, **se**, **lhe** e **nos** no PB e no PE, como a tipologia dos clíticos no PE e os tipos de clíticos no PB, e apresentamos o posicionamento dos clíticos em relação ao verbo em alguns contextos fundamentais para o estudo.

No quarto capítulo, destacamos os clíticos na Teoria Gerativa e propostas de abordagens. Os clíticos como Ds, os clíticos como elementos distintos de D e uma proposta de análise do pronome **lhe** para o PB.

E, finalmente, apresentamos as considerações finais sobre a sintaxe dos clíticos pronominais no PB, em especial do clítico **lhe** empregado ora como dativo ora como acusativo no PB.

É importante ressaltar que esta tese não pretende ser um estudo exaustivo sobre os clíticos no PB e particularmente sobre o clítico **lhe**, visto que alguns fenômenos aqui foram abordados superficialmente. Sabemos que em se tratando de trabalho científico, geralmente focalizamos certas questões e ignoramos outras.

2 QUADRO PRONOMINAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O sistema pronominal do PB atual é um dos pontos gramaticais a que se tem dedicado muita atenção na linguística, já que se encontra em processo de reestruturação (cf. GALVES, 1996; DUARTE, 1993, entre outros). É evidente que essa reestruturação não poderia restringir-se apenas às formas nominativas, já que existe um sistema de pronomes clíticos a essas formas associado.

Neste capítulo, apresentamos a visão da gramática normativa acerca do quadro pronominal do português, adotamos uma perspectiva comparativa com a atual configuração do sistema pronominal. O capítulo está organizado como segue: na seção 2.1, apresentamos os quadros pronominais que constam das gramáticas de Almeida (1963) e Rocha Lima (2001); na seção 2.2, descrevemos as mudanças mais expressivas ocorridas no sistema pronominal do PB, por isso esta seção está dividida em três subseções, a dos pronomes na função de sujeito, a dos pronomes na função de objeto direto e a dos pronomes na função de objeto indireto. E ainda, mostramos o mapeamento e a inovação do clítico **lhe** que passou a ser usado como complemento dativo (OI) e como acusativo (OD), realizando assim as duas funções no PB.

2.1 Os Pronomes Sujeitos e Objetos na Visão da Gramática Tradicional

Nas gramáticas normativas publicadas no Brasil, o termo pronome aplica-se a uma variedade de formas que incluem: os pronomes pessoais (**eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas, me, te, se, nos, lhe etc.**), cujo traço comum é a capacidade de identificar puramente a pessoa gramatical do discurso; os pronomes possessivos (**meu, minha, teu, tua, seu, sua etc.**) e os demonstrativos (**esse, essa, este, esta, aquele, aquilo etc.**), que ainda evocam a pessoa gramatical, relacionando-a a determinações de propriedade e de localização; os pronomes indefinidos, cuja principal semelhança com os pronomes possessivos e demonstrativos é a capacidade de ocorrerem nos mesmos contextos.

As gramáticas tradicionais (GTs) da língua portuguesa, também relacionadas com o quadro de referência para a prescrição gramatical, não destoam no que se refere ao trato dos pronomes pessoais, classificando-os quanto à função exercida na oração (sujeito e objeto) e quanto à caracterização semântico-pragmática (a primeira pessoa como *a pessoa que fala*; a segunda é *a pessoa com quem se fala*; e a terceira é *a pessoa de quem se fala*). Além disso, a GT organiza o quadro pronominal de forma a manter uma unidade formal herdada do latim, representada pela correspondência entre a forma verbal e os pronomes sujeito (*eu canto, tu cantas, ele/ela canta, nós cantamos, vós cantais, eles/elas cantam*). Essa correspondência estende-se horizontalmente para as outras formas no sentido de que se estabelece a correspondência entre as pessoas de sujeito e objeto (cf. quadro a seguir)¹⁷.

¹⁷ Quadro 2 e exemplos foram extraídos da Gramática Metódica de Língua Portuguesa, de Napoleão Mendes de Almeida (1963).

PRONOMES PESSOAIS			
PESSOAS GRAMATICAIS	PRONOMES RETOS	PRONOMES OBLÍQUOS	
1ª pessoa singular	Eu	me	mim, comigo
2ª pessoa singular	Tu	te	ti, contigo
3ª pessoa singular	Ele, ela	o, a, lhe, se	si, consigo,
1ª pessoa plural	Nós	nos	nós, conosco
2ª pessoa plural	Vós	vos	vós, convosco
3ª pessoa plural	Eles, elas	os, as, lhes, se	si, consigo

Quadro 1 – Formas pronominais pessoais em Almeida (1963)

Observamos que as formas pronominais propostas nos livros didáticos e gramáticas tradicionais não apresentam nenhuma inovação. Sendo ressaltado apenas em algumas gramáticas, em forma de observação, que na maioria das regiões do Brasil, as formas **tu** e **vós** foram substituídas por **ocê** e **ocês**, respectivamente, e pouco é mencionado sobre a forma **a gente**.

As formas pronominais **me**, **te**, **nos** e **vos** funcionam, indiferentemente, tanto como objetos diretos, como objetos indiretos. Vejamos nos exemplos a seguir:

(1) a. Eu **te** louvo. – objeto direto

b. Eu **te** obedeço. – objeto indireto

(2)a. Mandaram-**me** embora. – objeto direto

b. Devolveram-**me** a revista. – objeto indireto

(3)a. Nós **nos** veremos amanhã. – (objeto direto)

b. Eles **nos** enviaram os livros. – (objeto indireto)

(4)a. Nós **vos** louvamos – objeto direto

b. Nós **vos** perdoamos – objeto indireto.

Já as formas **o** e **lhe** da terceira pessoa não podem ser usadas indiferentemente. A esse respeito Almeida (1963, p. 158) afirma que:

A forma oblíqua **o** jamais poderá funcionar como objeto indireto, e a forma **lhe** jamais como direto. Comete erro gravíssimo quem diz: “Eu **lhe** vi”, porque o verbo ver é transitivo direto, e, portanto, o oblíquo deve ser **o**. Da mesma forma erra quem diz: “Eu **o** obedeço”, porque o verbo obedecer é transitivo indireto, e, portanto, o oblíquo deve ser **lhe**.

Rocha Lima (2001, prefácio da 41^a edição, p. 111), na Gramática Normativa da Língua Portuguesa, escolheu para enriquecer a exemplificação das ocorrências de língua, exemplos de autores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego entre outros, além daqueles que normalmente são utilizados pela gramática tradicional (GT) como Vieira, Herculano, Bernardo, etc. A escolha por fontes mais recentes em relação às que vinham sendo usadas proporcionou ao autor observar o emprego de novas formas utilizadas como pronomes no português falado no Brasil, apresentando divergência em relação ao português de Portugal e em relação às gramáticas tradicionais. O quadro 3 foi retirado de Rocha Lima (2001)¹⁸ e contrasta em alguns pontos com o quadro 2 de Almeida (1963).

¹⁸ Rocha Lima em sua gramática dedica dois capítulos ao pronome. O capítulo 9 intitulado “Pronomes” não mostra inovações sobre o quadro pronominal, as quais só aparecem posteriormente no capítulo 22, “Emprego do Pronome”. O quadro acima baseia-se neste capítulo (p. 315).

Formas Retas			Formas oblíquas	
Número	Pessoa	Sujeito	Objetos Diretos	Objetos Indiretos
	1 ^a	Eu	Me	Me
Singular	2 ^a	tu, você	Te, você, o, a	te, lhe, (a você)
	3 ^a	ele, ela	o, a	lhe (a ele, a ela)
	1 ^a	Nós	Nos	Nos
Plural	2 ^a	vós, vocês	Vos	vos, lhes (a vocês)
	3 ^a	Eles, elas	os, as	lhes (a eles, a elas)

Quadro 2 – Formas pronominais retas e oblíquas em Rocha Lima (2001)

Verificamos que a distribuição do quadro pronominal proposto nas gramáticas mantém uma identidade formal herdada do latim, representada pela correspondência entre a forma verbal e os pronomes sujeitos (*eu estudo, tu estudas, ele/ela estuda, nós estudamos, vós estudais, eles/elas estudam*).

Pela observação dos quadros, verificamos que os autores têm pontos de vista distintos a respeito da sintaxe pronominal. Rocha Lima (2001) acrescenta **você** e **vocês** como pronomes de segunda pessoa, ao passo que Almeida (1963) lista somente as forma **tu** e **vós**. No quadro apresentado por Almeida as formas pronominais **você** e **vocês** não aparecem e são consideradas pronome de tratamento.

Em relação aos pronomes sujeitos, essa é a divergência explicitada pelos quadros dos autores: Rocha Lima admite a inclusão de **você** como pronome de segunda pessoa, o que não faz Almeida. Nas demais pessoas gramaticais, isto é, primeira e terceiras pessoas, as descrições realizadas são convergentes.

No que diz respeito aos pronomes objetos, Rocha Lima acrescenta as formas **você**, **te**, **o**, **a** como pronomes relacionados à segunda pessoa do singular na função de objeto direto, ao passo que Almeida lista apenas a forma **te**. É importante destacar o fato de Rocha Lima mencionar **o/a** como pronomes de segunda pessoa na função de objeto direto, isso se deve à inserção, no quadro pronominal, da forma **você** que, apesar de fazer

referência à segunda pessoa do discurso, estabelece correspondência com pronomes de terceira pessoa, isto é, o pronome **você** faz referência semântica de segunda pessoa, mas gramaticalmente especificada com marcas de terceira pessoa. Em relação aos pronomes de primeira e terceira pessoas na função de objeto direto, os autores não mostram divergências, sendo **me** e **nos** para primeira pessoa na função de objeto direto. Como se observa nas exemplificações¹⁹ a seguir:

(5) Acompanho **você(s)** - Acompanho-**o(s)** – (2ª pessoa).

(6) Estimo-**te**. – Estimo **você** (2ª pessoa)

(7) Chamaram-**me**. Convidaram-**nos**. (1ª pessoa)

Ainda sobre os pronomes oblíquos, Rocha Lima menciona as formas **te** e **lhe** como pronomes de segunda pessoa do singular na função de objeto indireto, ao passo que Almeida cita apenas **te**. Como pronomes de segunda pessoa do plural, Rocha Lima cita **lhes** e **vos**, discordando de Almeida que cita apenas **vos** nessa função. Em relação à terceira pessoa do singular ou plural na função de objeto indireto, tanto Almeida, quanto Rocha Lima destacam **lhe**, **lhes**. Entretanto, Rocha Lima mostra uma correspondência entre as formas preposicionadas **a ele**, **a ela** e **lhe** (e seus plurais), o que parece sugerir a equivalência entre essas formas. Quanto às formas de primeira pessoa, os autores concordam que **me** e **nos** são pronomes de primeira pessoa do singular e plural, respectivamente, na função de objeto indireto.

Verificamos que os contrastes entre os quadros 2 e 3 mostram que a gramática tradicional já havia percebido algumas mudanças no que se refere ao sistema pronominal do PB. No entanto, essas questões não são aprofundadas nas gramáticas tradicionais, o que é intensificado em estudos no campo da linguística.

¹⁹ Exemplos retirados da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima, 2001, p.317.

2.2 Os Pronomes do Português Brasileiro nos Estudos Linguísticos

A sintaxe dos pronomes no âmbito dos estudos linguísticos tem merecido destaque, uma vez que o sistema pronominal no PB encontra-se em processo de reestruturação. Sendo, portanto, de suma importância apresentar algumas questões pertinentes para essa tese.

Nas subseções a seguir apresentamos uma descrição dos estudos linguísticos que tratam do quadro pronominal do PB. Na subseção 2.2.1, expomos as inovações que envolvem os pronomes na função de sujeito; em 2.2.2, tratamos os pronomes na função de acusativo; em 2.2.3, apresentamos os pronomes na função de dativo, importantes para o nosso trabalho.

2.2.1 Pronomes na Função de Sujeito

A reorganização do sistema pronominal, que tem como consequências principais a ocorrência do objeto nulo e a realização do sujeito na oração, é apontada como uma das mudanças em curso mais importantes na gramática do PB (cf. GALVES, 1996; DUARTE, 1993; RAMOS, 1999, entre outros).

No que se refere às formas pronominais sujeito de primeira pessoa, os falantes do português brasileiro veem a competição entre a forma **a gente** de primeira pessoa do plural e a forma **nós**. Em um levantamento de dados do NURC abrangendo um *corpus* coletado nas cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SSA), Porto Alegre (POA) e Recife (RE), Ilari et alii (1996, p.86) mostram que a forma **a gente** é associada às situações de maior descontração e informalidade e **nós** é associado a situações formais. É importante destacar que a forma **a gente** pode desencadear a concordância gramatical de terceira pessoa do singular no verbo (*ele fala / a gente fala*).

Em relação aos pronomes sujeito de segunda pessoa, a forma **você** concorre com **tu**, mas a realização de **tu** é pouco frequente e resistente apenas regionalmente (cf. Ilari et alii (1996)). Percebemos que, na maioria das variedades do PB, a ocorrência entre pessoas do pronome e pessoas do verbo foi quebrada pela adoção, em lugar de **tu**, do pronome **você**, que embora faça referência à segunda pessoa, leva o verbo para a terceira pessoa. Vamos observar nos exemplos (8) e (9).

(8) **Tu** vais ao cinema?

(9) **Você** vai ao cinema?

Segundo Monteiro (1994), o pronome **você** não conseguiu substituir completamente o pronome **tu** em Fortaleza, onde a forma **tu** é usada com o verbo na terceira pessoa (*tu foi, tu quer, tu vai*), independentemente de qualquer nível de escolaridade ou classe social. Neste caso, a retenção do pronome não evitou a redução do paradigma flexional do verbo.

No entanto, Ramos (1999, p. 9) afirma que:

Na região Norte e no Maranhão, a utilização das formas de segunda pessoa do singular **tu** e **você** segue, normalmente, o seguinte critério: a forma própria de intimidade é o pronome **tu**, e a forma de respeito e/ou cortesia é o pronome **você**. Contudo, é importante ressaltar que o uso de um ou de outro tratamento não é necessariamente recíproco, e que sob os rótulos de intimidade, respeito e/ou cortesia estão os fatores como idade, nível de instrução, condição social (igual ou diferente) que intervêm na opção do falante por uma ou outra forma.

Ainda segundo a autora, no que se refere à segunda pessoa do plural, essa oposição é anulada, visto que, nas regiões ora mencionadas, o pronome **vós** também foi substituído por **vocês**, como no restante do país.

A forma **vocês** passou a figurar no lugar de **vós** e esta é uma substituição nítida, pois não é registrada competição entre as duas formas em nenhuma região do país. A concordância entre as formas **você** / **vocês** e os verbos se realiza por meio da flexão de terceira pessoa do singular e do plural, respectivamente (*você fala / vocês falam*).

Observamos que, por consequência dessa mudança, a forma **vocês** passou a ser usada tanto como forma de intimidade quanto como de respeito e/ou cortesia. Quando a situação requer um distanciamento, o falante prefere usar as formas **senhor** / **senhora**.

Novas formas foram obtidas, especialmente, para a primeira e segunda pessoas. **Vossa Mercê** > **você**, que deslocou o **tu**; **a gente**, que

desloca presentemente **eu** e **nós**. **A gente** é uma forma gramaticalizada de primeira pessoa do plural e co-ocorre junto a **nós**.

No que diz respeito às formas de terceira pessoa, **ele/ela**, **eles/elas** podem ocorrer na função de objeto direto ou indireto. Os pronomes de terceira pessoa na função de sujeito co-ocorrem em outras estratégias de realização do objeto, fato que discutiremos com mais detalhe nas seções seguintes.

Dessa forma, percebemos que o aumento da frequência de **a gente** em competição com o pronome **nós**, da forma **você** variando com **tu** e **vocês** tendo suplantado a forma **vós** constituem as inovações ocorridas na parte do sistema pronominal relacionada à função de sujeito.

2.2.2 Pronomes na Função de Acusativo

De acordo com a tradição gramatical, observa-se, em português, a existência de sincretismo entre as formas de primeira e segunda pessoas nas funções de objeto direto e indireto, como vemos em (10) e (11). Diferentemente, na terceira pessoa não existe sincretismo, mas sim formas exclusivas para exercer as funções de objeto direto e indireto, conforme o exemplo (12). No entanto, percebemos que o clítico **lhe** passou também a ser empregado como acusativo, com verbos transitivos diretos como nos exemplos (13) e (14).

(10) a. Lucas **me** / **nos** viu. (Objeto Direto – 1ª pessoa)

b. Lucas **me** / **nos** disse a verdade. (Objeto Indireto – 1ª pessoa)

- (11) a. Lucas **te** / **vos** viu. (Objeto Direto – 2ª pessoa)
 b. Lucas **te** / **vos** disse a verdade. (Objeto Indireto – 2ª pessoa)
- (12) a. Lucas **o (s)** viu. (Objeto direto – 3ª pessoa)
 b. Lucas **lhe (s)** disse a verdade. (Objeto Indireto – 3ª pessoa)
- (13) Lucas **lhe** viu ontem. (objeto direto – 3ª pessoa)²⁰
- (14) Eu **lhe** amo muito. (objeto direto – 2ª pessoa)

É importante destacar que as formas pronominais de primeira e de segunda pessoas do singular e do plural (**me/te**; **nos/vos**) são empregadas nas funções de objetos direto e indireto indistintamente, ao passo que as formas de terceira pessoa **o(s)**, **a(s)** são empregadas especificamente em função de objeto direto, e a forma **lhe (s)** na função de objeto indireto.

Vale ressaltar que no Português Brasileiro o clítico **lhe** além de dativo (OI) também passou a ser usado como acusativo (OD) como argumento interno de verbo transitivo direto, uma forma que vem se especificando no PB, como nos exemplos a seguir:

- (15) Eu estarei aqui **lhe** esperando. (C2-AF)
 (16) Mas sempre vou **lhe** amar. (C32-LA)

Observamos, ainda, que o clítico canônico – **o/a** – pode ocorrer no uso cuidado, monitorado, de escolarizados; ele é aprendido na escola e, curiosamente, primeiro na escrita e depois na fala, o que mostra ser um

²⁰ Vale lembrar que a forma pronominal **lhe** é usada como objeto direto – 3ª pessoa, tendo como referência a pessoa de quem se fala e como 2ª pessoa, tendo como referência a pessoa com que se fala.

recurso sintático, efeito de aprendizagem pela escolarização, e não adquirido naturalmente.

Percebemos que o complemento objeto direto de segunda pessoa pode ser realizado por três formas pronominais: **você**, **lhe** e **te**. E ainda, como objeto nulo. Vejamos nos exemplos (17a, b e c).

(17) a. Eu vi **você** ontem.

b. Eu **lhe** vi ontem.

c. Eu **te** vi ontem.

d. Eu vi ontem.

Com relação à terceira pessoa, os clíticos **o / os**, **a / as** pouco ocorrem na modalidade oral do PB. Segundo Cyrino (1993), o declínio no uso desses clíticos fez surgir outras estratégias de realização de objeto direto.

Dessa forma, podemos observar três grandes mudanças no que diz respeito à realização dos pronomes no PB. Uma delas diz respeito à inclusão da forma **você** alternando com **tu** na função de sujeito. A outra é o quase desaparecimento dos pronomes acusativos **o/s**, **a/s** em favor de outras estratégias dos complementos objeto direto. E ainda, a reinterpretação do clítico dativo **lhe**, de terceira pessoa, que passou a ser empregado também como acusativo se referindo à segunda pessoa, com verbos transitivos diretos.

2.2.3 Pronomes na Função de Dativo

Diante da reorganização do sistema pronominal, este não poderia restringir-se apenas às formas nominativas, já que existe um sistema de oblíquos a essas formas associado. Em decorrência disso, um nítido contraste se estabeleceu entre as variedades do PB que mantêm o pronome **tu** e aquelas que quase o substituíram pelo pronome **você**, pois ainda existe o “**tu**” sem concordância. Evidentemente, esse contraste diz respeito ao uso da forma **lhe** como dativo e como acusativo no PB.

Podemos destacar entre os trabalhos que investigam os pronomes na função de dativo, a pesquisa de Berlinck (1996). De acordo com a autora, o pronome dativo (**me, te, lhe, nos, lhes**) é uma opção preferida dos falantes, usados como objeto indireto anafórico, em que se deve considerar a primeira e a segunda pessoas, de um lado, e a terceira pessoa de outro.

Percebemos que apesar de o clítico ser forma preferida da expressão anafórica de objeto indireto de primeira e segunda pessoas, como nos exemplos (18a) e (19a), outras possibilidades se apresentam como alternativas ao pronome átono. Os sintagmas preposicionados formados com a preposição *a* ou *para* seguida de pronome tônico, têm sido usadas, como podemos ver em (18b) e (19b) e objeto nulo, como nos exemplos (18d) e (19d).

- (18) a. Você **me** disse a resposta, mas eu não entendi.
 b. Você disse a resposta **para mim**, mas eu não entendi.
 c. *Você disse a resposta **a professora**, mas eu não entendi.
 d. Você **Ø** disse a resposta, mas eu não entendi.

- (19) a. Eu **te** disse a resposta, mas você não deu atenção.
- b. Eu disse a resposta para **ti/tu/você**, mas você não deu atenção.
- c. *Você disse a resposta **para a colega**, mas você não deu atenção.
- d. Você **Ø** disse a resposta, mas você não deu atenção.

Nos casos acima, parece improvável que nas sentenças em (18) e (19), apareça um sintagma P+Nome formando o OI na referência à primeira e à segunda pessoas. A agramaticalidade fica evidente, uma vez que em (18c) e (19c) os sintagmas preposicionados remetem a uma terceira pessoa.

O objeto nulo é uma outra possibilidade em que podem ocorrer os complementos objeto indireto no PB atual (cf. (18d) e (19d)).

Uma questão que se observa é a redução do clítico **lhe** em situações em que se refere à terceira pessoa. Isso sugere ser um ponto importante para entender por que os clíticos dativos de primeira e segunda pessoas encontram-se produtivos, o que não ocorre com os clíticos de terceira pessoa.

Na próxima subseção, mostramos a descrição sintática do clítico **lhe**, procurando observar as propriedades dos verbos em que a alternância entre complementos direto e indireto ocorre e a possibilidade de esses predicados admitirem o clítico **lhe** em sua estrutura, e as inovações do **lhe** como acusativo e como dativo no PB, relevantes para esta tese.

2.3 Mapeamento do Clítico **lhe** no PB

No PB, os estudos são concentrados, quase exclusivamente, na forma acusativa **o**, e pouco se tem registrado e dado atenção ao pronome **lhe** como acusativo. No entanto, o pouco uso do clítico **o** e o uso do **lhe** como acusativo no PB não são fenômenos isolados, mas estão interligados no quadro da reorganização do nosso sistema pronominal. Portanto, percebemos claramente que a compreensão de um, certamente, ajudará no entendimento do outro.

Com base em estudos desenvolvidos sobre os clíticos²¹ (cf. NASCIMENTO, 2001), verificamos que no PB o emprego das formas **o(s)** / **a(s)** e **lhe(s)** não correspondem ao que tem sido sistematizado pela gramática tradicional. O que se observa são características inovadoras no PB, sobressaindo o quase desaparecimento dos pronomes **o/a** na função de objeto direto e **lhe** na função de objeto indireto, referindo-se à terceira pessoa. Surgindo, assim, a generalização do emprego do pronome dativo **lhe**, associado à função de acusativo, fazendo referência a 2ª pessoa, com verbos transitivos diretos como mostram os exemplos a seguir:

(20) Escrevo-**lhe** (dat.) essa carta para agradecer o amor e o
carinho.

(C-31JI)

(21) Por isso resolvi **lhe** (ac.) procurar... (C-16FE)

(22) Assim que **lhe** (ac.) vi gamei... (-23MS)

²¹ Agradeço a Profa. Claudia Roberta Tavares pelas valiosas observações neste trabalho.

Nas subseções seguintes, veremos as propriedades dos verbos em relação ao seu complemento, em especial, o clítico **lhe**, que vem ocupando duas funções na sintaxe, objeto indireto e também direto no PB.

2.3.1 Propriedades dos verbos em relação ao clítico **lhe**

A organização sintática das frases básicas de uma língua depende das propriedades do verbo presentes na oração. Sendo assim, a classe dos verbos pode distinguir-se em três grandes subclasses com base nas propriedades de seleção categorial e semântica de cada item lexical verbal: principais, copulativos e auxiliares. Para este trabalho, destacaremos apenas a subclasse principal (bitransitivo e transitivo).

Os verbos detêm propriedades de selecionar complemento para quem se dirige a ação verbal, criando um ambiente favorável à ocorrência da forma **lhe** desempenhando as funções de complemento dativo e também acusativo.

Destacaremos a seguir as propriedades dos verbos bitransitivos e transitivos, importantes para o estudo do complemento **lhe** ora usado como dativo ora como acusativo no PB.

2.3.1.1 Verbos Bitransitivos

Os verbos bitransitivos são aqueles denominados transitivos diretos e indiretos, verbos de três lugares, que selecionam um argumento externo, um argumento interno direto com relação gramatical de objeto direto e um argumento interno preposicionado com a relação gramatical de objeto indireto, como os exemplificados em (14):

- (23) a. [O João]_{SU} deu [um livro]_{OD} [ao Pedro]_{OI}.
 b. [Os miúdos]_{SU} pediram [uma bicicleta]_{OD} [aos pais]_{OI}.
 c. [Todos os convidados]_{SU} [trouxeram flores]_{OD} [à anfitriã]_{OI}.

OI.

(ex. Mateus et al, 2003, p. 296)

Os verbos bitransitivos determinam o esquema relacional apresentado em (23):

(24) **SU V OD OI**

Vale destacar que o clítico **lhe** como complemento dativo (OI), ocorre junto de verbos bitransitivo (*pedir, comunicar, dizer, informa, dar entre outros*), que selecionam um argumento externo, um argumento interno direto e argumento interno indireto, como podemos observar nos exemplos²² abaixo:

(25) Então [eu]_{SU} peço-[**lhe**]_{OI} [que olhe por mim]_{OD}. (C-33WP)

(26) Esperei para [**lhe**]_{OI} comunicar [essa surpresa]_{OD}. (C-21DJ)

²² Estas sentenças estão em Nascimento (2001).

(27) Queria [**lhe**]_{OI} dizer [tudo o que sinto por você]_{OD}. (C-34AA)

(28) Queremos informa-**[lhe]**_{OI} [que nossas lojas ganharam um novo setor esportivo]_{OD}. (C-42DL)

(29) [Eu]_{SU} quero [**lhe**]_{OI} dar [todo o meu amor]_{OD}. (C-32LA)

2.3.1.2 Verbos Transitivos

Os verbos de dois lugares, denominados verbos transitivos são aqueles que selecionam um argumento externo e um interno com relação gramatical seja de objeto direto, seja de objeto indireto.

Os exemplos a seguir, mostram os verbos transitivos que selecionam dois argumentos um externo e um interno com relação gramatical de objeto direto:

(30) [Pedro]_{SU} adorou [o teu presente]_{OD}.

(31) [Maria]_{SU} redigiu [o relatório final do projeto]_{OD}.

(Exemplos de Mateus et al, 2003, p. 298)

Os verbos transitivos determinam o esquema relacional em (31):

(32) **SU** **V** **OD**

É importante destacar a inclusão do clítico **lhe** como acusativo (OD) com verbos transitivos diretos (*amar, conhecer, ver, esperar, ajuda, conquistar, convidar, entre outros*), que selecionam um argumento interno

com relação gramatical de complemento objeto direto. Observem as sentenças a seguir:

(33) [Eu]_{SU} [**lhe**]_{OD} amo demais. (C-17LS)

(34) [Elas]_{SU} querem [**lhe**]_{OD} conhecer. (C-40CJ)

(35) Está chegando o dia de [**lhe**]_{OD} ver... (C-38BC)

(36) [Eu]_{SU} espero ter [**lhe**]_{OD} ajudado... (C-11KM)

(37) [Ela]_{SU} é capaz de fazer tudo para [**lhe**]_{OD} conquistar. (C-6RF)

Vejam a seguir os verbos transitivos que selecionam um argumento externo e um interno com a relação gramatical de objeto indireto.

(38) [A exposição]_{SU} agradou [aos críticos]_{OI}.

(39) [Os paramédicos]_{SU} assistiram [aos sinistrados]_{OI}.

(Exemplos de Mateus et al, 2003, p. 299)

(40) Sempre que [eu]_{SU} posso escrevo-[**lhe**]_{OI}.

Esta subclasse de verbos determina o esquema relacional apresentado a seguir:

(41) **SU V OI**

Dessa forma, é importante ressaltar que o clítico **lhe** dativo (OI) passou também a desempenhar a função de acusativo (OD) na variedade do Português Brasileiro, realizando assim as duas funções, dependendo da propriedade dos verbos que selecionam os argumentos internos.

2.4 Inovação do **lhe**

O sistema pronominal do PB²³ encontra-se em processo de reestruturação. Nessa acepção, vamos observar o quadro a seguir, destacando o clítico **lhe** desempenhando a função de dativo e acusativo no PB:

	Nom	Ac	Dat
1sg	Eu	Me/eu	Me/mim/eu
2sg	Você/tu	Você/tu/te/ lhe	Lhe /você/te/ti
3sg	Ele (ela)	Ele (ela)/se	Ele (ela)/ lhe
1pl	Nós/a gente	Nos/nós/a gente	Nos/nos/a gente
2pl	Vocês	Vocês	Vocês
3pl	Eles (elas)	Eles(elas)/se	Eles (elas)/ lhe

Quadro 3 – Paradigma pronominal no PB

Observamos acima que nas variedades sem o pronome **tu**, em alguns lugares, a forma **lhe** transitou de dativo, formalmente de terceira pessoa, para a forma acusativa, sintaticamente segunda pessoa, passando seu uso a ser tanto dativo quanto acusativo. Observem os exemplos a seguir:

(42) Eu **lhe** dei o livro. (Eu dei **para você** o livro.) – (Dativo – 3^a pessoa)

(43) Eu **lhe** vi no cinema. (Eu vi **você** no cinema.) – (Acusativo – 2^a pessoa)

²³ Quadro pronominal adaptado, extraído de Carvalho (2008).

Vale ressaltar que as duas sentenças apresentadas acima foram produzidas num contexto de proximidade e de informalidade, fazendo uso da forma **você**, que é posta em lugar do **tu**.

Os pronomes de segunda pessoa têm um papel decisivo na reorganização do paradigma do sistema pronominal no PB. Ao contrário do PE, que distingue entre **tu** como forma íntima e **você** como forma polida, observamos que a maioria dos dialetos brasileiros generalizou **você** como pessoal.

Ainda, quanto aos pronomes complementos clíticos, percebemos que o **lhe**, originalmente um dativo de 3ª pessoa, correspondendo ao objeto indireto, está sendo empregado também como acusativo de 2ª pessoa, objeto direto, correlacionado ao pronome sujeito **você**. Vejam os exemplos abaixo:

(44) Eu resolvi **lhe** ajudar e **lhe** conheci profundamente. (C-4TH)

(45) Eu passarei em sua casa para **lhe** pegar e sairmos. (C-5AF)

Observamos ainda, que o clítico **lhe** acusativo varia com **te**, mesmo relacionado com o pronome pessoal **você**.

(46) Eu resolvi **lhe** / **te** ajudar e **lhe** / **te** conheci profundamente.

O exemplo (46) ratifica o que apresentamos a respeito da forma pronominal **lhe**, assim como o **te** que pode ser dativo ou acusativo, dependendo da propriedade do verbo. Com o clítico **lhe** acontece o mesmo, a forma pronominal **lhe** pode ser dativo ou acusativo, dependendo do tipo de verbo.

É importante observar que nos encontramos diante de uma distinção sistemática, operada pelas línguas românicas, entre os clíticos de primeira e de segunda pessoas, de um lado, e os clíticos de terceira pessoa,

do outro. Vale lembrar que a origem distinta do pronome de terceira pessoa é uma inovação das línguas românicas em relação ao latim, como o artigo indefinido. Morfologicamente, o clítico acusativo e o artigo continuam idênticos.

Segundo Galves (2001, p. 139), o sistema pronominal do PB se distingue das outras línguas românicas. A esse respeito, a autora afirma que

O PB ainda se distingue das outras línguas românicas, e especialmente do PE, por outro aspecto: pelo desaparecimento quase total do clítico acusativo de terceira pessoa que também fica visível na seqüência dos clíticos dativo + acusativo **mo**, **to**, **lho**. O paradigma dos clíticos fica assim reduzido a **me** / **te** / **lhe** / **se** / (**nos**), formas que são ambíguas quanto à função e ao caso: esses clíticos podem ser objetos diretos (acusativos) ou indiretos (dativos). Essa ambiguidade, que, nas outras línguas românicas, também se observa na primeira e na segunda pessoas, assim como para o pronome **se**, estende-se para a terceira pessoa em alguns dialetos, nos quais **lhe** é utilizado na função de objeto direto.

Ainda, conforme Galves (2001), o que parece estar desaparecendo do PB é o clítico puramente acusativo. Mas, é importante salientar que o pronome **lhe** também segue os pronomes **me** e **te** no que diz respeito a seu valor semântico. E já se observa a forte tendência à utilização de **lhe** como pronome de “tratamento” correspondente a **você**, e não mais como pronome de terceira pessoa correspondente a **ele**.

Assistimos, assim, no quadro do sistema pronominal a uma mudança em curso, observa-se na representação do objeto direto anafórico, que consiste no quase desaparecimento dos clíticos, objeto direto de 3ª pessoa (**o**, **a**, **os**, **as**), dando origem ao objeto nulo. Ainda em relação a isso, a (re)introdução do pronome sujeito **ele** em função de objeto direto, como forma de compensar a falta do clítico, ou, ainda a reinterpretação do clítico **lhe**, só admitido pelas gramáticas como representação de um objeto indireto, mas usado por boa parcela da população como objeto direto, realizando assim as duas funções.

É importante ressaltar que a forma pronominal **lhe** no PB distancia-se da descrição feita pela gramática tradicional, situando-se entre os pronomes que participam das inovações do quadro do sistema pronominal do PB, como nas exemplificações.

(47) Foi um prazer saber que iria **lhes** (ac.) ver. (C-2PH)

(48) De seu amigo que **lhe** (ac.) adora muito. (C-39EB)

(49) Mas sempre vou **lhe** (ac.) amar. (C-32LA)

Nas sentenças acima, observamos que o clítico **lhe** originalmente usado como dativo, 3ª pessoa, correspondendo ao complemento objeto indireto, está também sendo empregado na função de acusativo, 2ª pessoa, no PB, como argumento interno dos verbos transitivos diretos (*ver, adorar, amar*, entre outros). É importante destacar ainda que o emprego da forma pronominal **lhe** realizando essas duas funções vem se especificando no PB.

Fazendo uma síntese, é possível listar as inovações do clítico **lhe** no PB como a seguir:

- (i) ocorrência do clítico **lhe** referindo-se à segunda pessoa no PB falado e escrito;
- (ii) expansão do clítico **lhe** para contextos em que ocorre também como objeto direto, concorrendo com o pronome **te** objeto direto;
- (iii) redução da forma pronominal **lhe**, terceira pessoa, com a função de objeto indireto no PB e sua substituição por outras estratégias de retomadas anafóricas.
- (iv) Especificação do clítico **lhe** desempenhando a função de dativo e de acusativo no PB.

Ao analisar as ocorrências do pronome **lhe** empregado como dativo e como acusativo no PB, Ramos (1999) e Nascimento (2001) observam que o clítico tem sido empregado para fazer referência à segunda pessoa, **você**, como ilustrado em (46). Este seria um dos fenômenos destacados por Nascimento (2001), que a forma pronominal **lhe** concorre com o clítico **te**, tanto na realização de objeto indireto quanto objeto direto anafóricos de segunda pessoa na variedade brasileira.

Ramos (1999) ainda chama a atenção em seus estudos para três aspectos importantes que são relacionados ao fenômeno do emprego do clítico **lhe** na função de objeto direto:

- (i) a forma pronominal **lhe** sofre alargamento de domínio pronominal;
- (ii) a importância do traço (+humano) na seleção pelo falante no momento de utilizar o pronome;
- (iii) a tendência de substituir o sistema casual por um sistema referencial.

É importante destacar que a inovação do clítico **lhe** utilizado como dativo e como acusativo já se especificou no PB, sendo usado informalmente se referindo à terceira pessoa, mas sintaticamente fazendo referência a segunda pessoa.

Portanto, esperamos que o estudo aqui apresentado possa contribuir de alguma forma para a compreensão do sistema pronominal dos clíticos no PB, em especial do clítico **lhe**.

3 OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

3.1 Concepção dos Clíticos

Denominam-se clíticos os vocábulos sem autonomia fonética que sempre se adjungem a uma forma livre, seja numa posição fixa, como ocorre com os determinantes, seja como uma posição variável, quando estas são pronomes e, como tais, podem aparecer antes ou depois dos verbos a que se referem.

Apesar de sozinhos e não constituírem vocábulos fonéticos, os clíticos são considerados por nossa tradição gramatical como vocábulos mórficos. Parece claro interpretá-los desse modo e classificá-los como formas dependentes, segundo a orientação de Câmara Jr. (1972). Contudo, alguns autores, segundo Monteiro (1994), já não pensam assim e admitem que os clíticos tenham natureza de afixos verbais.

A esse respeito, Monteiro (1994, p.90) mostra alguns argumentos frágeis que são facilmente derrubados.

a) Os clíticos jamais aparecem isolados (todavia, observamos que os conectivos que sem dúvida são vocábulos, também possuem esta mesma característica);

b) Os clíticos unem-se em geral ao verbo numa ordem fixa (a esse respeito, percebemos que tal fato não se aplica ao PB, pois este pode aparecer antes ou depois do verbo);

c) Os clíticos jamais são acentuados;

d) Os clíticos apagam-se somente em situações restritas (sobre isso mostraremos que no PB o apagamento se verifica em diversas situações).

De tal forma, observa-se que hoje se generaliza a hipótese de que os clíticos e os afixos devem ser tratados segundo o mesmo enfoque. Dentro da teoria Regência e Ligação, não somente os pronomes átonos são concebidos como afixos, mas inversamente os sufixos dos verbos são considerados como pronomes. Desse modo, a partir daí se organiza, pois, uma nova síntese, em que os clíticos e os afixos de concordância recebem o mesmo tratamento.

Portanto, os clíticos podem ser definidos como partículas não acentuadas que, de forma semelhante aos afixos, necessitam de um hospedeiro verbal e não têm uma ordem fixa.

3.2 Descrição dos Pronomes Clíticos

Adotarei para a descrição dos clíticos no PB uma adaptação daquela apresentada na Gramática da Língua Portuguesa (Mateus et al, 2003, p.835-844). Segundos as autoras, estes critérios de classificação são fundamentados em cinco propriedades importantes que os clíticos apresentam no PE. Propriedades que serão colocadas abaixo.

Propriedades específicas dos clíticos no PE

- (i) O seu potencial referencial ou predicativo;
- (ii) A possibilidade de receberem um papel temático;
- (iii) A sua referência específica ou arbitrária;
- (iv) A capacidade de ocorrerem em construções de redobro²⁴ de clíticos e de extração simultânea²⁵ de clíticos;
- (v) A faculdade de funcionarem como um afixo capaz de alterar a estrutura argumental de um predicado.

(Cf. Mateus et al, 2003, p.835)

Das cinco propriedades apresentadas acima, ao menos uma certamente não se aplica ao PB: a propriedade (iv), uma vez que não há redobro e, muito menos, extração simultânea de clítico nesta língua.

Uma outra diferença entre PE e PB diz respeito à propriedade (i), no que se refere ao fato de o clítico poder apresentar potencial predicativo. O PB já não mais produz a forma variável **o** como uma alternativa correspondente ao pronome **isso**. Historicamente, este clítico foi um dos primeiros a desaparecer do nosso sistema pronominal, conforme observou Cyrino (1993), exceto em contextos controlados e específicos da modalidade escrita da língua. Exemplos como os que seguem não ocorrem no PB:

²⁴ Os pronomes clíticos podem funcionar como complementos do verbo sem, no entanto, ocupar as posições canônicas destes complementos verbais. Nas construções de redobro de clítico, estas posições (que em outras línguas, como no PB, não podem ser preenchidas por material lexical) podem ser preenchidas no PE. Observe os exemplos de Mateus et al (2003, p.832):

- (24) (a) Encontrámo-**las** a elas na feira do livro.
 (b) Os professores ofereceram-**lhes** gelados a todos no dia das crianças.
 (c) Nós conhecemo-**nos** a nós próprios/a nós mesmos melhor do que a ninguém.
 (d) Os carros cruzaram-**se** um com o outro a alta velocidade.

²⁵ No PE, a extração simultânea de clíticos ocorre em frases coordenadas quando apenas um único clítico pode recuperar os argumentos aos quais está associado em cada um dos termos coordenados da sentença, como exemplificado abaixo, com a numeração de Mateus et al (2003, p. 834):

- (31) (a) Ele tinha-**o** visto [-] e reconhecido [-] imediatamente.
 (b) A Ana estava-**lhe** sempre a telefonar [-] para casa e a pedir conselhos [-].
- (32) (a) Ele também **o** vira [-] e reconheceu [-] imediatamente.
 (b) Ele nunca **lhe** telefonava [-] para casa ou pedia conselhos [-]

- (1) (a) Que era culpado, ele não **o** declarou abertamente.
 (b) Não havia provas contundentes para incriminar os argüidos e a juíza sabia-**o** perfeitamente.

(Exemplo de Mateus et al, 2003 p. 838)

Dessa forma, é importante observar que o clítico **o** não faz parte da gramática nuclear do PB, seja ele predicador ou não, é resultado de aprendizagem. Lembremos que o clítico acusativo de terceira pessoa – que apresentava esta mesma forma fonológica e que podia ser desdobrado nas formas **o(s)**, **no(s)**, **lo(s)** e **a(s)**, **na(s)**, **la(s)** – quase desapareceu do sistema pronominal de clíticos no PB²⁶.

Vale ressaltar que as formas pronominais **lo(s)**, **la(s)**, **no(s)**, ainda são bastante utilizadas, com formas verbais infinitivas no PB, conforme os exemplos a seguir:

- (2) Que livro interessante! Vou comprá-**lo** amanhã.
 (3) Gostei muito dessa casa, estou decidida a comprá-**la**.
 (4) Gostaria de convidá-**lo** para o meu aniversário.

Em função dessas propriedades, os clíticos no PE são classificados na Gramática da Língua Portuguesa em cinco tipos diferentes. Esta tipologia será apresentada a seguir.

²⁶ Sobre o quase desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, consultar Cyrino (1996), Galves (2001) entre outras referências.

3.2.1 Tipologia de clíticos no PE

- a. Clíticos com conteúdo argumental: são os clíticos pronominais (não-reflexos), anáforas (reflexos e não-reflexos) e o se-nominativo;
- b. Clítico preposicional ou predicativo: clítico demonstrativo **o**;
- c. Clíticos quase argumentais: se passivo, os dativos éticos e de posse;
- d. Clíticos com comportamento de afixo derivacional: os clíticos ergativos ou anticausativos;
- e. Clítico sem conteúdo semântico ou morfo-sintático: os clíticos inerentes.

Das cinco propriedades colocadas acima, na gramática nuclear do PB, o clítico **nos** não faz parte da nossa gramática nuclear.

Cientes destas diferenças existentes entre PB e PE, tentaremos propor uma nova opção de classificação dos clíticos no PB.

3.2.2 Tipos de clíticos no PB

Observando a possibilidade que os clíticos têm em receber papel temático dos verbos que os hospedam, é possível dividir os clíticos **me**, **te**, **se**, **lhe** em dois grupos diferentes. (1) o grupo daqueles que recebem o papel temático dos verbos que os hospedam e (2) o grupo dos que não recebem o papel temático dos verbos que os hospedam. Encontramos assim, no PB, três tipos distintos de clíticos.

Vejamos no Quadro²⁷ a seguir esta tipologia.

Tipos de Clíticos	Recepção de papel temático	Função Gramatical	Função Fonológica
Tipo 1	Recebem- θ	Acusativo Dativo Reflexivo Recíproco	/me, te, lhe/ /me, te, lhe/ /me, te, se/ /se/
Tipo 2	Recebem- θ	Nominativo Ergativo	/se/ /se/
Tipo 3	Não recebem- θ	Inerente Dativo ético Dativo de posse	/me, te, se/ /me/ /me, te/

Quadro 4: Tipos de clíticos no PB atual

3.2.3 Clíticos que recebem o papel temático dos verbos que os hospedam

²⁷ Quadro adaptado de Pereira (2006).

Os clíticos que recebem papel temático dos verbos que os hospedam são os acusativos, os dativos, os reflexivos, os recíprocos, o **se-nominativo** e o **se-ergativo**.

Os clíticos que recebem o papel temático verbal: *acusativo, dativo, reflexivo e recíproco* ocorrem com verbos transitivos e bitransitivos e que estão relacionados à função de objeto direto ou objeto indireto, sendo considerados clíticos pronominais. Assim, eles são apresentados como acusativo (função de objeto direto) e dativo (função de objeto indireto).

Vejamos nos exemplos²⁸ (5), (6) e (7) ocorrências das formas clíticas que têm função acusativa:

(5) Esse meu amigo **me** convidou pra sair. (C-23MS)

(6) Tive a oportunidade de **te** encontrar... (C-13ML)

(7) Eu sei que **lhe** amo. (C-7JL)

As ocorrências a seguir vão mostrar exemplos e formas clíticas que apresentam função dativa:

(8) Meus pais **me** deram presentes no dia do meu aniversário.

(C-17LS)

(9) Eu vou **te** dizer uma coisa muito interessante. (C-22DF)

(10) Esperei para **lhe** comunicar essa surpresa. (C-21DF)

Vale ressaltar a presença do emprego do clítico **lhe** desempenhando a função de acusativo e de dativo em (7) e (10) na variedade pronominal do PB.

²⁸ Sentenças extraídas de Nascimento (2001).

Além das formas pronominais dativas e acusativas, o PB conta com outros tipos de clíticos que recebem papel temático: os clíticos anafóricos. Esses clíticos podem ser *reflexivos* (11), (12), (13) e *recíprocos* (14), (15), como podemos ver nos exemplos²⁹ a seguir:

- (11) **Me** vesti rapidinho.
- (12) É difícil tu **te** divertir.
- (13) Veja o modo dela **se** vestir.
- (14) Ah! A gente **se** encontra depois.
- (15) Eles não **se** mataram por pouco.

Classificar os clíticos anafóricos não é uma tarefa fácil em função do fato de que muitas vezes não é possível determinar qual é a interpretação precisa dos mesmos.

Os clíticos que recebem o papel temático verbal são o *se-nominativo* e o *se-ergativo*.

O *se-nominativo* aparece no PB nas situações em que representa o sujeito da frase e é o único clítico que tem a capacidade de fazer referência arbitrária. Esta capacidade recupera uma característica obrigatória do sujeito expresso pelo clítico: que ele denote entidades arbitrárias. Em função disso, alguns autores preferem nomeá-lo de impessoal, indeterminador do sujeito. As ocorrências que seguem são exemplos deste tipo de clítico.

- (16) **Se** fala muito em liberdade.
- (17) Hoje **se** faz o que quer.

²⁹ Exemplos extraídos de Pereira (2006).

(18) Lá sim, é que **se** vai encontrar um monte de livros.

Mateus et al (2003, p. 837) recorre a um teste para apresentar a interpretação indefinida(ou referência arbitrária, nossa terminologia) do se-nominativo no PE. O teste consiste em substituir o clítico por expressões nominais do tipo “alguém” ou “uma pessoa”, como nos exemplos a seguir:

(19) *Alguém* fala muito em liberdade.

(20) Hoje *alguém / uma pessoa* faz o que quer.

O se-ergativo pode também ser chamado de anticausativo, alterando a grade temática do verbo que o acomoda, detematizando a posição ocupada pelo sujeito de alguns verbos transitivos. A presença do clítico, neste caso, tem uma função específica: reportar o resultado de uma ação, sem que esta, no entanto, apresente agente/causador, como apresentamos em (21) e (22).

(21) (a) A porta **se** fechou sozinha.

(b) A porta fechou sozinha.

(22) A Maria **se** aborreceu com o Pedro.

Mateus et al (2003) observam que no PE, o se-ergativo se comporta como um sufixo derivacional de transitivador quando é realizado junto a verbos que não seriam intransitivos sem a presença do clítico, como nos exemplos por elas apresentados:

(23) (a) O barco virou-se.

(b) A tempestade virou o barco.

(c) * A tempestade virou-se o barco.

(d) ?? Virou o barco.

(24) (a) Eu enervei-me / Nós enervámo-nos.

(b) Aquela situação enervou-me/nos.

(c) * Eu enervei / Nós enervamos.”

(Exemplos de Mateus et al (2003, p. 842)

Embora alguns dialetos do PB façam uso de se-ergativo, a presença do clítico como nos contextos de PE mostrados pelas autoras em (23), de modo algum é obrigatória. Por diversas razões, (21b) e (23d) são, na verdade, as realizações recorrentes do PB.

3.2.4 Clíticos que não recebem o papel temático dos verbos que os hospedam

Os clíticos que não recebem o papel temático dos verbos que os acomodam são os inerentes, os dativos éticos e os dativos de posse.

No PB os clíticos inerentes assumem três formas fonológicas, /**me**/, /**te**/, /**se**/ e são realizados junto a verbos chamados pronominais, como arrepende-se, lembrar-se, zangar-se, irritar-se, basear-se, queixar-se, suicidar-se, morder-se, dentre outros, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(25) Maria **se** apaixonou pela pessoa errada.

(26) Eu **me** esqueci do recado.

(27) Mas aí [nisso] em que tu **te** baseias...

(28) O João **se** foi/vai pra Cuba.

Mateus et al (2003, p 842)

Incapazes de afetar a estrutura argumental do predicado verbal, alguns desses clíticos devem ser obrigatoriamente realizados e outros não. Nos exemplos acima é constatado que mesmo sem a presença do clítico, o resultado são sentenças gramaticais, isto é, possíveis de ocorrerem no PB. Inclusive a ocorrência de (27), como se observa no exemplo (29).

(29) Mas em que baseias tua opinião?

Os clíticos inerentes que apresentam realização opcional são aqueles que ocorrem junto a verbos do tipo *ir*, *partir*, *chegar*, *rir*, *sorrir*, etc., como exemplificados em (26) e (28). A gramática normativa do PB classifica estes clíticos como ‘partículas expletivas’ ou ‘pronomes de realce’.

Os dativos éticos e os dativos de posse são outros tipos que não recebem papel temático dos verbos que os hospedam. No PB o dativo ético ocorre apenas na primeira pessoa do singular e tem como função manifestar o interesse do interlocutor na realização expressa pela sentença. É por isso que este tipo de clítico ocorre em sentenças exclamativas, ou exortativas, na terminologia adotada por Mateus et al (2003) que mostram que a entidade designada pelo dativo ético pode ser considerada como um beneficiário. Em (30) e (31) apresentamos alguns exemplos deste tipo de realização clítica no PB.

(30) O menino **me** entrou com o pé sujo em casa!

(31) Não **me** sobe nessa árvore.

O dativo de posse, ao contrário do ético, estabelece uma associação com a posição de argumento ou de adjunto de algum complemento verbal. Em (32), apresentamos um exemplo de realização deste tipo de clítico no PB.

(32) Ele **me** / **te** cortou o cheque especial.

No PE, o clítico de posse pode ocorrer em construções de redobro como mostram Mateus et al (2003) em (33)³⁰.

(33) (a) Dói-**me** a cabeça a **mim**.

(b) Ele conhece-**lhe** todos os **seus** defeitos.

Podemos encontrar no PB uma tendência à realização do clítico dativo de posse, tendência esta observada, principalmente na fala de jovens como podemos observar nos exemplos a seguir:

(34) Não **me** enche o saco!

(35) Isso **me** lavou a alma!

(36) Fulano quase **me** comeu o fígado!

Estas expressões não fazem parte da gramática nuclear do PB. Elas seriam expressões idiomáticas cristalizadas que apresentam significados especiais no PB.

3.3 Posicionamento dos Clíticos no PB

³⁰ Exemplos extraídos de Mateus et al (2003, p. 841).

O estudo de Pagotto (1996) e o de Cynino (1996) mostram uma mudança relativa à posição dos clíticos. Até o início do século XIX, o clítico ocupava várias posições: posição de ênclise ao verbo finito ou infinitivo; próclise ao verbo finito na presença de atratores.

Silva (1998, p.189) afirma que “a mudança que cria um contraste nítido entre o português brasileiro e o da gramática tradicional é exatamente a colocação dos clíticos”. Observamos que a gramática tradicional descreve com precisão o comportamento dos clíticos, porém, de modo algum, essa descrição corresponde ao português falado no Brasil.

Conforme Galves (1996), foi a partir da segunda metade do século XIX que começou a aparecer em textos a diminuição dos clíticos e a alteração de sua colocação na oração. Percebemos que tudo isso constitui um conjunto de fenômenos que apontam para a reorganização do sistema pronominal no PB.

Galves (1996, p.393) afirma ainda que “a posição dos clíticos na oração é certamente um dos fenômenos mais significativos da gramática de uma língua, e vem sendo estudado com bastante detalhe no domínio românico, inclusive de um ponto de vista diacrônico”.

Os clíticos são formas átonas dos pronomes pessoais, isto é, pronomes pessoais de uma só sílaba (como **me**, **nos**, **se**, **lhe**, etc.), que não têm acentuação própria e por isso dependem do acento da palavra que está imediatamente antes ou depois (normalmente um verbo). Quando o clítico depende da palavra que está antes, trata-se do fenômeno da ênclise (ex.: Ofereceste-**me** um livro e fiquei feliz) e, quando o clítico depende da palavra que está depois, trata-se do fenômeno da próclise (ex.: Se **me** ofereceres um livro, ficarei feliz).

No português de Portugal, se não houver algo que atraia o clítico para outra posição, a ênclise é a posição aceita, isto é, o clítico surge depois

do verbo (ex.: Ele ofereceu-**me** um livro). Esta é, aliás, uma das diferenças em relação ao português do Brasil, onde a próclise é mais frequente, isto é, a posição do clítico antes do verbo (ex. Ele **me** ofereceu um livro).

Ainda sobre os clíticos, não só os de 3.^a pessoa, mas também, nós, brasileiros, quando os usamos, preferimos a próclise. A ênclise é hoje mal entendida, tanto que, cada vez mais, encontramos em textos de estudantes e em outros, como os jornalísticos, a ênclise nas posições em que, historicamente, sempre se usou a próclise, como nas orações subordinadas e nas negativas, como em (37) e (38).

(37) Consultou o médico **que** indicaram-**lhe**.

(38) Eu não disse-**lhe** que viesse!.

Há ainda aceitação normal e generalizada dos clíticos na primeira posição da sentença, exceto os acusativos **o**, **a**, **os**, **as**. Vejamos a seguir:

(39) - **Lhe** disse que não viesse.

(40) - **Me** passe esse livro.

Esta explicitação pode parecer estranha e difícil de compreender, mas os falantes têm implícitos e interiorizados muitos destes contextos de próclise. A prova é que, se houver utilização de ênclise (clítico depois do verbo) na maioria dos exemplos a seguir, o falante estranhará e provavelmente vai considerá-los estranhos ou pelo menos duvidosos.

Observem:

(41) **Nunca** avisaram-**me**.

(42) **Nada** falta-**lhes**.

(43) **Quem** avisou-**te**?

(44) **Que** trapalhada aconteceu-**nos**!

(45) O vestido que dei-**lhe** de presente ficou bom.

(46) Acho **que** ofendi-o.

A questão dos clíticos é complexa e não se limita à esquematização apresentada. A essa complexidade, ainda se podem juntar questões de estilo e de eufonia (isto é, aquilo que é mais agradável ao ouvido), que são subjetivas e dificilmente limitadas por regras ou exceções. Apenas como exemplo, na frase: Na face **lhes** batia o sol ardente (em vez da ordem canônica O sol ardente batia-**lhes** na face), não parece haver outro motivo para a próclise a não ser a inversão estilística da ordem normal sujeito-verbo-complemento.

É importante salientar que no PB se generalizou o uso da colocação pré-verbal do clítico (próclise), inclusive no início da frase, contrariando a tradição gramatical que impõe a colocação pós-verbal do clítico (ênclise). Vejamos nos exemplos a seguir:

(47) **Lhe** amo!!! (C-29RG)

(48) **Me** ligue, pois estou muito ansiosa para falar com você.

(C-20KN)

Percebemos que as mudanças que ocorreram no posicionamento dos clíticos atingiram não apenas as estruturas sentenciais marcadas por formas simples do verbo como também as que apresentam sequências verbais. Nessas, passou-se a adotar como padrão geral de colocação do clítico a sua anteposição à segunda forma verbal, portanto à forma não finita do verbo. Dessa forma, firmaram-se como gerais na língua usos dos seguintes tipos:

(49) Eu estou **lhe** enviando esta carta para agradecer. (C-30RB)

(50) Queria **lhe** fazer um convite. (C-37CC)

(51) Espero ter **lhe** ajudado. (C-11KM)

A posição pós-verbal do clítico não foi totalmente desaparecida do PB, tem o seu uso definido, sobretudo por fatores de natureza extralinguística, estando associada, por exemplo, a falantes com um nível mais elevado de escolaridade ou de faixa etária mais elevada, e também aos registros mais formais de comunicação.

4 CLÍTICOS NA TEORIA LINGUÍSTICA: PROPOSTAS DE ABORDAGEM

Os clíticos têm sido foco de diversas discussões. Embora a bibliografia sobre o tema seja vasta, certas questões básicas ainda não foram explicadas (cf. RAMOS, 1999; RAPOSO, 1998; GALVES, 2001, entre outros). Elencamos: (i) a natureza categorial dos clíticos (se D ou afixos flexionais); (ii) a motivação para a sua colocação (fonológica ou sintática); e (iii) o momento de sua cliticização na derivação (pré-sintática, sintática ou pós-sintática). É importante destacar que estes são apenas alguns pontos sobre os quais não existe consenso.

Neste capítulo, apresentamos um panorama das perspectivas para o tratamento teórico dos clíticos pronominais, dando ênfase especial ao clítico **lhe**. Para uma maior clareza na exposição, a revisão foi organizada levando em conta duas premissas opostas, a primeira tem a ver com a natureza desses elementos: o pronome clítico é um D(eterminante); já na segunda, o clítico é considerado um afixo flexional, como em (1a) e (1b):

- (1) a. [_{IP} Sujeito [_{I'} [[D] I+V]]]
 b. [_{IP} Sujeito [_{I'} [[traços-Φ] I+V]]]

E ainda destacamos outras propostas de abordagem, fazendo referência sobre clíticos que não se enquadram em nenhuma hipótese anterior, por não estarem preocupados com a natureza categorial do clítico, mas com alguma outra caracterização.

4.1 Clíticos como Ds

4.1.1 Análise de Uriagereka (1995)

Uriagereka (1995) considera que os clíticos pronominais são unidades morfofonológicas com propriedades que os distinguem tanto dos afixos quanto das palavras de conteúdo. O autor chama a atenção para as semelhanças de natureza sintático/semântica entre os clíticos acusativos de 3ª pessoa e os Ds. Ambos seriam elementos referenciais e específicos, duas características que desempenham um papel decisivo na colocação dos clíticos.

Uriagereka propõe distinguir os clíticos de primeira e segunda pessoas, que ele chama de “clítico forte”, em relação aos de terceira pessoa. Segundo ele, no caso dos primeiros a “extração” do núcleo de dentro do sintagma verbal, [Compl, VP], se faz depois do movimento deste para uma posição de adjunção à oração (IP), ou seja, os clíticos fortes movem-se primeiro como sintagmas, e só depois de se adjungirem à oração é que o seu núcleo se cliticiza à Flexão.

O pesquisador considera ainda que existem duas abordagens para o tratamento dos clíticos: uma perspectiva morfofonológica, segundo a qual o clítico se move para satisfazer algum tipo de requerimento na formação das frases prosódicas ou morfológicas, e uma perspectiva sintática, que também assume que os clíticos têm de se mover para uma posição mais alta, mas que não fornece uma motivação para esse movimento.

A perspectiva de análise proposta pelo autor é uma abordagem sintática que assume que a principal motivação para a localização e movimento dos clíticos pronominais provém precisamente da natureza específica e referencial desses elementos.

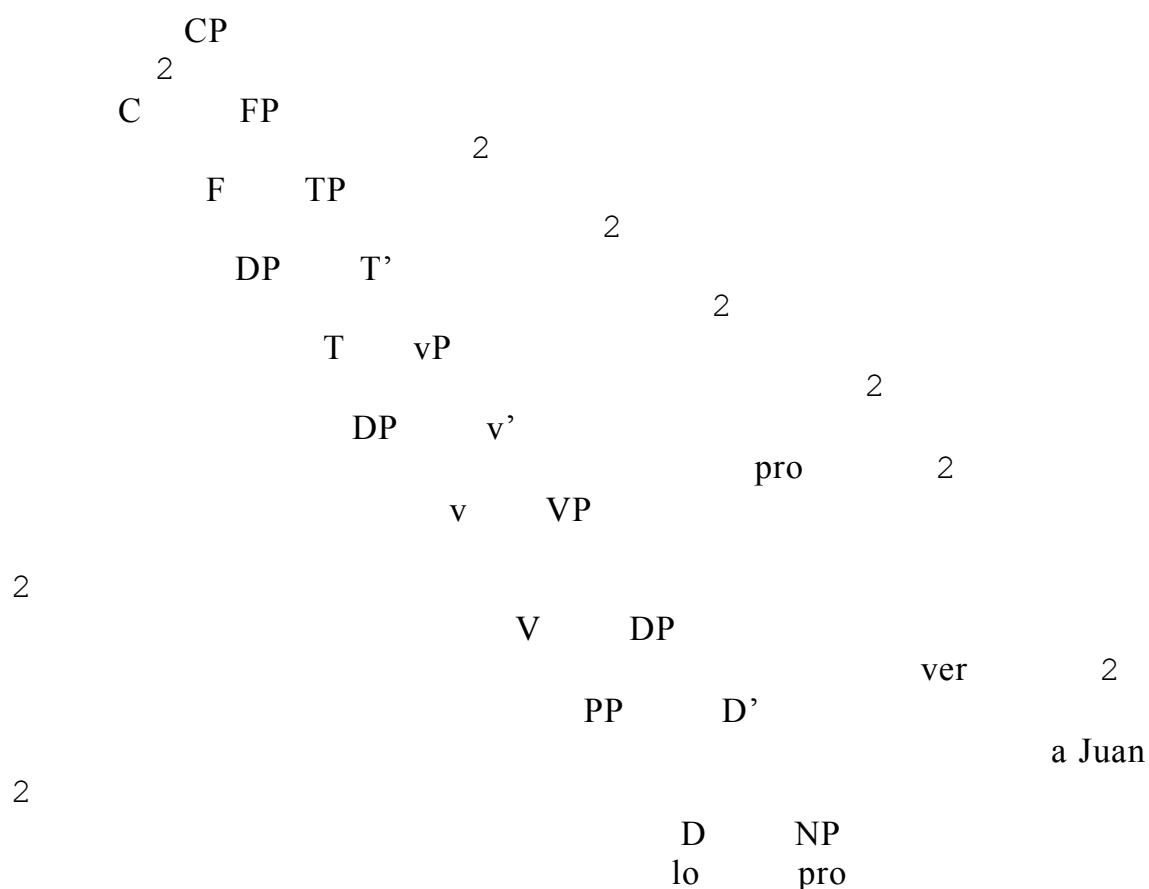
Um caminho natural é procurar uma correlação entre natureza do clítico na língua e seu comportamento sintático. Uriagereka (1995), baseado numa proposta original de E. Torrego, atribui aos clíticos de 3ª pessoa uma natureza de determinante – hipótese para a qual a identidade entre o clítico acusativo e o artigo vem trazer uma forte justificativa empírica. A ideia de que os clíticos são núcleos. Acrescenta ainda a ideia de que não são categorias lexicais, mas funcionais, como Flexão. Aliás, volta assim à tradição gramatical que considera os pronomes como categorias diferentes dos nomes. Nessa visão, os pronomes tônicos são sintagmas Determinantes (Ds).

Uriagereka mostra os clíticos como sendo elementos defectivos, isto é, subespecificados para o traço de pessoa. Segundo a perspectiva adotada, essa defectividade faz com que o clítico precise se mover para o local (nomeadamente, F, núcleo de FP, uma categoria funcional qualquer) no qual é referencialmente indexado, já que nesse local seria fornecido o traço de pessoa para o clítico. Levando em conta o Minimalismo, poderíamos considerar que o clítico pronominal contém um traço não interpretável de pessoa que precisa ser valorado e apagado, essa valoração seria realizada em F.

A ideia sobre a subespecificação dos pronomes clíticos para pessoa é desenvolvida por Uriagereka, segundo a qual pessoa seria simplesmente um modo pragmático de codificação referencial do falante. Se essa intuição estiver certa, então seria natural que esse processo fosse expressado por F, considerado como o local sintático que atua como uma interface com a indicialidade pragmática.

A estrutura abaixo representa uma derivação sintática segundo a análise proposta:

(2) Lo_i vi a $Juan_i$



A análise de Uriagereka se concentra no Galego e no Francês, que são considerados como exemplos paradigmáticos de diferentes estágios na fixação de parâmetros entre as línguas românicas. O Galego seria uma língua do tipo F ativo, já línguas como o Francês, apresentam uma projeção F inativa na sintaxe. No Francês, os clíticos são sistematicamente proclíticos tanto nas sentenças finitas quanto nas não finitas. Esse padrão para a colocação dos clíticos tem sido associado à concordância fraca (Kayne, 1975). Uriagereka, por sua vez, vincula à perda da propriedade pro-drop dessa língua a inatividade de F, ou seja, essas línguas variam na forma em que codificam o ponto de vista.

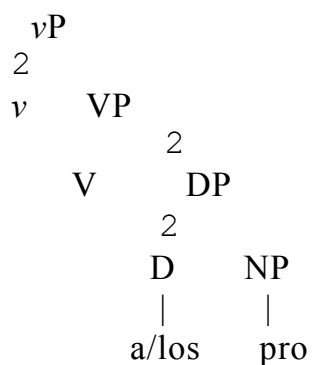
Como vimos, a análise de Uriagereka nada menciona sobre o clítico no PB, apenas no Galego e no Francês.

4.1.2. Análise de Raposo (1998)

Raposo (1998) desenvolve uma análise do sistema pronominal do Português sob uma perspectiva minimalista, compatível com a proposta de que os pronomes são Ds, inclusive as formas nominativas, acusativas e dativas. Nessa análise é considerado que a forma **o** é um autêntico D (uma projeção [+mínimas; -máximas]), enquanto os pronomes nominativos e dativos são analisados como projeções [+mínimas; +máximas] que incorporam um traço nominal na sua matriz de traços gramaticais.

Antes de adquirir o estatuto de pronome, a forma **o** pode se realizar como um artigo definido. É assumido ainda por Raposo que todo argumento é nucleado por um D, que pode ou não ser foneticamente realizado. O autor considera que o DP objeto ocupa a posição complemento de V e que o complemento de D é uma categoria vazia *pro*:

(3) Eu não **a** vi.



Raposo assume para sua análise a estrutura da sentença com verbos transitivos proposta por Chomsky (1995). De acordo com essa

proposta, Agree não é uma projeção e a categoria *v* (verbo leve) é introduzida c-comandando o VP. É assumida ainda a teoria de checagem de traços (CHOMSKY, 1999a) e a distinção entre dois conjuntos de traços formais: [+/-interpretáveis] e [+/-intrínsecos]. Diferentemente de Chomsky (1995), para quem a distinção [+/-intrínsecos] não desempenha nenhum papel na derivação, Raposo considera que ela tem um papel importante com relação à questão de economia. O autor introduz uma nova operação chamada *ADD* (*Added*, acrescentar) que seria a responsável por adicionar os traços [-intrínsecos] nos itens lexicais da numeração (sendo que esses traços não estariam listados na entrada lexical do item)³¹.

Na análise desenvolvida, Raposo atribui à forma **o** uma propriedade que denomina como propriedade P (proclítico). P integraria a caracterização lexical de **o**, mais especificamente, faria parte do conjunto de traços F (fonológicos) desse elemento. O mesmo assume que:

- a) a forma **o** é fonologicamente dependente (é enclítica).
- b) a sua direção de cliticização é a esquerda-direta (é proclítica).

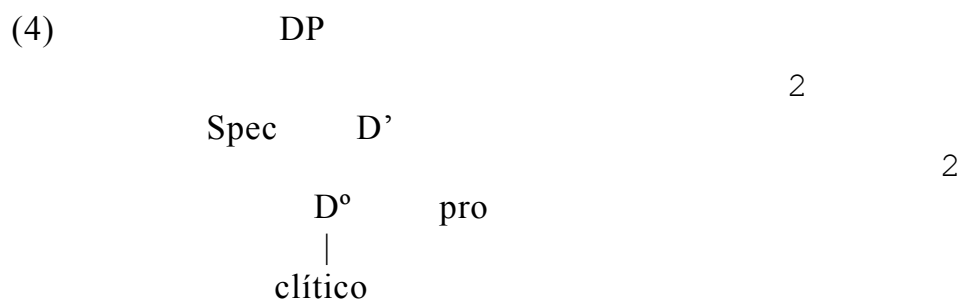
No modelo minimalista, se P não for satisfeito a derivação não converge em PF.

Raposo estende a consideração de que pronomes são Ds ainda para as formas dativa e nominativa. Assim assume que a forma **lhe** é um D com traço de Caso e que o Caso é atribuído pelo verbo, possivelmente como Caso inerente. Ou seja, verbos que selecionam OI teriam um traço [+intrínseco] e [-interpretável] de Caso dativo para ser checado. Tanto a forma **lhe** quanto **ele** são considerados como Ds “complexos”. Nos termos de Chomsky (1995) essas formas seriam projeções [+mínimas, +máximas] contrastando com os Ds “puros” **lo/o** que seriam projeções [+mínimas, -máximas].

³¹ A operação proposta por Raposo (1998) atuaria com anterioridade à formação da numeração, que não é prevista pelo modelo.

Em um trabalho mais recente, Raposo (2000) adota os seguintes pressupostos para dar conta da posição dos clíticos:

- (i) clíticos são núcleos de projeções funcionais máximas;
- (ii) clíticos se movem como núcleos e eles se adjungem a categorias funcionais;
- (iii) a adjunção de clíticos é invariavelmente à esquerda.



Na análise proposta, é assumido que na configuração da próclise, o verbo e o clítico são adjungidos na mesma categoria funcional, contrariamente ao postulado por Uriagereka³² (1995).

Ramos (1999, p. 67) demonstra que, a partir dos anos oitenta a ideia dos pronomes como D – postulada originalmente por Postal (1966) – começa a ser elaborada de forma não sistemática; primeiramente com o trabalho de Raposo (1973) para as línguas românicas e, posteriormente, retomada por outros estudiosos como Uriagereka (1995) e o mesmo Raposo (1998, 2000), dentre outros. No entanto, embora esses trabalhos assumam que o clítico pronominal seria um D, há vários pontos nos quais essas análises não convergem.

Com relação à sintaxe dos clíticos, a autora também assume que todos os pronomes são determinantes subjacentes. Enquanto a forma **o** é

³² Como vimos na subseção anterior, a ideia central deste autor é a de que a ênclise no PE – e em outras línguas românicas contemporâneas e antigas – é feito do movimento do T contendo o verbo para [Spec, F], com o clítico adjungido à esquerda de F.

analisada como um determinante “puro”, a forma **lhe** é analisada como uma forma complexa que envolve incorporações lexicais de um pronome “puro” ao determinante (D).

Na abordagem feita nesta seção, arrolaram-se os trabalhos que fazem uma caracterização de clíticos como D, a saber, os trabalhos de Uriagereka (1995) e de Raposo (1999). Contudo, consideramos interessante que se observem tratamentos alternativos com vistas a contrastar com essas abordagens. Tais propostas serão revisadas na seção que segue.

4.2 Clíticos como Elementos Distintos de D

4.2.1 Análise de Galves (2001)

Galves (1996) questiona a ideia de que clíticos sejam Ds, mostrando que se o D é a categoria associada à referência por excelência resulta na impossibilidade de dar conta de qualquer interpretação referencial atribuída aos clíticos nos casos em que estes aparecem com um antecedente sentencial. A autora considera que os clíticos deveriam ser considerados como elementos de concordância que marcam apenas uma posição com alguns traços que permitem recuperar o argumento ou predicado antecedente, independente de qualquer interpretação referencial.

A autora acrescenta ainda que os clíticos, por sua natureza morfológica, e especificamente por sua marcação Casual, satisfazem de uma maneira particular o princípio geral que determina que todo elemento nominal se encontre em uma posição de atribuição de Caso³³.

Desta forma, são considerados como Casos estruturais. Entretanto, existem enormes divergências quanto ao Caso dativo. Muitos autores afirmam que ele é inerente, atribuído pelo verbo como uma propriedade lexical, a qual está restrita à atribuição de uma função semântica ou temática, ou seja, associada a papéis- θ .

³³ Seguindo a teoria chomskyana, vamos considerar que noção de Caso sintático ou abstrato é relevante para a abordagem e interpretação dos DPs. Nesta perspectiva, a marcação de Caso nos DPs é um fenômeno universal, ou seja, não está presente apenas nas línguas que o manifestam morfológicamente, como o latim. Em línguas como o português, espanhol, inglês e tantas outras, os DPs recebem Caso Abstrato na sintaxe independentemente da manifestação morfológica. O Caso nominativo manifesta-se na presença do verbo finito. O Caso acusativo como argumento interno de verbos transitivos. O Caso oblíquo em DPs complementos de preposição.

Partimos da afirmação de que o OI é uma função muito singular no âmbito da estrutura argumental do verbo, pois, embora em alguns casos se apresente como um argumento selecionado por verbos de determinada natureza, em outros, é uma função construída ou incorporada a verbos que não a selecionam em sua estrutura argumental.

Galves e Abaurre (1996) afirmam que, no PB, os clíticos *argumentais* são sintagmas (DPs) e como tal ocorrem nas estruturas sintáticas; enquanto os *não argumentais* são núcleos (Ds) que, no léxico, formam uma unidade com o verbo.

As autoras propõem que, no PB, todos os clíticos são clíticos³⁴ “fortes”, inclusive o de terceira pessoa **lhe**, que se alinhou ao resto do paradigma uma vez quase desaparecidos, o clítico **o / a**. E todos se movem, segundo as autoras, como sintagmas (DPs). Mas, contrariamente à análise de Uriagereka, não há cliticização ao nóculo flexão. Em estrutura-S, o clítico se mantém numa posição de adjunção à oração, mais especificamente, à projeção que contém imediatamente o verbo que **lhe** atribui sua função.

Essa alteração no estatuto dos clíticos pode ser relacionada à mudança na estruturação sintática da língua. Se assumirmos que na sua “subida” os clíticos (sintáticos) procuram um núcleo de concordância, chegamos à conclusão de que, para poderem mover-se como núcleo, deve haver uma posição de concordância na oração.

Galves (2001) propõe explicar um conjunto importante de particularidades sintáticas do português pela seguinte propriedade de flexão nessa língua:

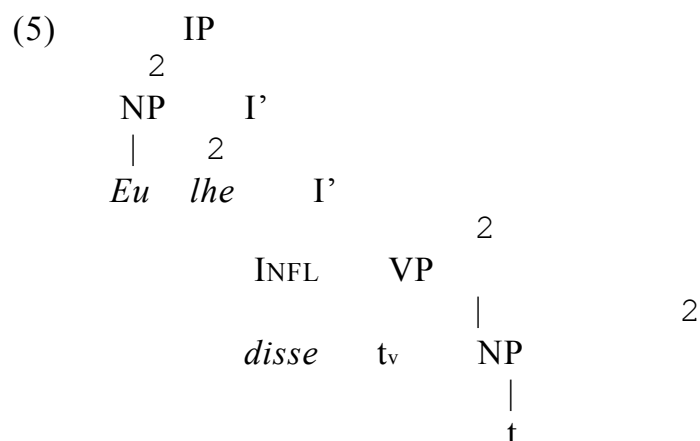
- (i) o seu elemento de concordância é fraco, tanto morfológica quanto interpretativamente;

³⁴ Ver a seção de Cardinaletti & Starke, 4.2.2.

- (ii) sua fraqueza morfológica é visível na perda do morfema de segunda pessoa(s);
- (iii) sua fraqueza interpretativa aparece na possibilidade de interpretação indeterminada do sujeito nulo das frases com tempo. De um ponto de vista sintático, o desaparecimento dos clíticos núcleos é assim observado e explicado pelo enfraquecimento da concordância.

Dessa forma, para Galves, a ideia é que os clíticos pronominais se adjungem à primeira projeção que domina o verbo que os seleciona, e não D. Nas sentenças finitas simples e nas sentenças infinitivas é a primeira projeção de INFL. Já nas locuções verbais, eles se adjungem ao sintagma aspectual que contém o verbo.

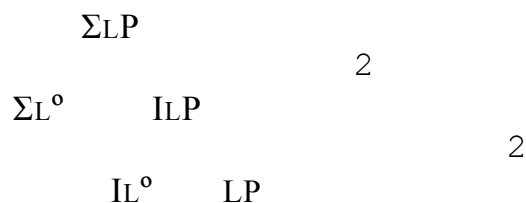
Veamos, assim, as duas estruturas³⁵ seguintes (IP representa a sentença, projeção de INFL. Os vestígios do movimento do clítico e do verbo são representados por t):



(6) IP

³⁵ Estruturas extraídas de Galves (2001, p. 141).

b. Pronomes fracos



c. Pronomes clíticos



A tipologia apresentada por Cardinaletti & Starke mostra que quanto menos traços / projeções um elemento tem, mais deficiente este elemento é. Essa deficiência estrutural seria tratada como a falta de um conjunto de núcleos funcionais, os quais contêm traços formais e traços referenciais (de modo similar às projeções funcionais mais altas associadas ao verbo).

Assim, os pronomes fracos têm mais complexidade do que os clíticos, já que contêm um morfema de suporte, que é representado na configuração sintática como uma nova projeção funcional. Já que esse morfema é manifestado por pronomes fortes também, é muito frequente que pronomes fracos sejam homófonos de pronomes fortes.

É importante mencionar que a tipologia dos pronomes de Cardinaletti e Starke é realizada de acordo com a Teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981).

4.3 Uma Proposta de Análise do **lhe** para o PB

Apresentamos uma proposta alternativa para a análise dos clíticos, em especial do clítico **lhe**, desempenhando a função de dativo e de acusativo no PB. Consideramos a ideia de que os clíticos pronominais do PB são morfemas flexionais verbais. Os argumentos mostrados para defender essa perspectiva se baseiam nas seguintes características dos clíticos:

- (a) Os clíticos dependem morfológica e fonologicamente de um mesmo hospedeiro: o verbo;
- (b) Os clíticos ocupam a posição proclítica ou enclítica com relação ao verbo, dependendo da natureza flexional deste;
- (c) Os clíticos podem estar sujeitos à coordenação, ser submetidos a mecanismos de extração. Os mesmos não podem funcionar isoladamente como resposta a uma interrogativa.
- (d) Os clíticos podem sofrer extração simultânea.

Vamos observar nos exemplos³⁶ a seguir:

- (7) Não se esqueça de dizer a seus pais que eu **lhe** vi no shopping
e entreguei o livro que eles me pediram naquele dia.
- (8) Eu estou **lhe** devolvendo o livro e solicitando outro.
- (9) Eu **lhe** amo e dou meu coração!

³⁶ Agradeço à Profa. Claudia Roberta Tavares pelos exemplos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foram discutidas algumas questões relativas à sintaxe do sistema dos clíticos no PB, estendendo especialmente à inovação do emprego do clítico **lhe** na função de acusativo. Tais fenômenos foram abordados à luz dos pressupostos da Teoria Gerativa e estudos acerca dos fenômenos envolvidos que contribuíram para a descrição das inovações mencionadas.

No primeiro capítulo, foi apresentado o ponto de partida deste trabalho e os pressupostos teóricos, com base na Teoria de Princípios e Parâmetros, que orientaram a análise do fenômeno do clítico **lhe** como anafórico de segunda pessoa na função de acusativo (OD) e também de dativo (OI).

Vale ressaltar que a organização do sistema de clíticos pronominais do PB resulta de um longo processo de mudança linguística investigada sob diversos aspectos pela linguística no PB. Vimos, ao longo desta tese, que a sintaxe dos clíticos pronominais do PB consta apenas de quatro clíticos: os clíticos **me**, **te**, **se** e **lhe**. Observamos que esse baixo número de formas clíticas do PB é o que mais chama a atenção no paradigma dos clíticos nas línguas românicas, especialmente se comparado ao PE.

No segundo capítulo, vimos o quadro pronominal do PB da gramática tradicional, tal como a sistematização nas obras de Almeida (1963) e Rocha Lima (2001); posteriormente, apresentamos os estudos linguísticos dedicados à compreensão e descrição das inovações na sintaxe do sistema pronominal do PB e ao mapeamento do clítico **lhe** usado como acusativo e como dativo. Nosso objetivo era mostrar que as mudanças e as tendências no sistema sugerem que está em formação um sistema referencial em detrimento de um sistema casual.

Assim, observamos três grandes mudanças no que diz respeito à realização dos pronomes no PB. Uma delas diz respeito à inclusão da forma **você** alternando com **tu** na função de sujeito. A outra é o quase desaparecimento dos pronomes acusativos **o/s**, **a/s** em favor de outras estratégias dos complementos objeto direto. E ainda, a reinterpretação do clítico dativo **lhe**, formalmente de terceira pessoa, passou também a ser empregado como acusativo referindo-se à segunda pessoa, desempenhando as duas funções, como mostram os exemplos a seguir.

(1) a. Peço-**lhe** (dat.) que olhe por mim. (3ª pessoa)

b. Eu **lhe** amo (ac.) demais. (2ª pessoa)

(2) a. Esperei para **lhe** (dat.) comunicar essa surpresa. (3ª pessoa)

b. Elas querem **lhe** (ac.) conhecer. (2ª pessoa)

O clítico **lhe**, como acusativo, tem seu emprego mais constante em referência à segunda pessoa, em alternância com o **te**, mesmo sendo o tratamento **você**.

(3) Quando voltar quero **lhe / te** (ac.) ver mais forte do que nunca.

(C-3AA))

(4) Você tinha me dado a oportunidade de **lhe / te** (ac.) amar.

(C-5JC)

(5) Elas querem **lhe / te** (ac.) conhecer. (C-40CJ)

Dessa forma, esses exemplos confirmam o que analisamos a respeito da forma pronominal **lhe**, que assim como o **te** pode ser dativo e acusativo, o clítico **lhe** pode desempenhar as mesmas funções, dativo e acusativo no PB, dependendo da propriedade do verbo.

No terceiro capítulo, apresentamos os clíticos no Português Brasileiro, as concepções dos clíticos, vistos como afixo verbal, a descrição dos clíticos no PB comparado ao PE e o posicionamento dos clíticos em relação ao verbo no PB, que segundo Galves (2001), foi a partir do século XIX que começou a diminuir os clíticos em textos, e a alteração da colocação pronominal nas orações e contextos.

No quarto capítulo, vimos que não há consenso teórico para o tratamento dos clíticos com relação à natureza categorial, eles são considerados como:

- Pertencentes à categoria D (Uriagereka, 1995; Raposo, 1999; Ramos, 1999, dentre outros);
- Afixos flexionais (Galves, 2001; Galves *et al.* 1996; dentre outros).

Dessa forma, assumimos com Galves a ideia de que os clíticos, especialmente o clítico **lhe**, devem ser considerados como elementos de concordância, ocupando uma posição com alguns traços que permitem recuperar o argumento ou predicado antecedente, independente de qualquer interpretação referencial.

Em suma, fazendo uma síntese, podemos listar as inovações na sintaxe pronominal dos clíticos no PB como a seguir:

- (i) baixo número de formas clíticas no PB: os clíticos **me**, **te**, **se** e **lhe**;
- (ii) ocorrência do clítico **lhe** acusativo, referindo-se à segunda pessoa no PB falado e escrito;

- (iii) expansão do clítico **lhe** para contextos em que ocorre também como objeto direto;
- (iv) redução da forma pronominal **lhe** dativa no PB e sua substituição por outras estratégias de retomadas anafóricas;
- (v) especificação no PB do clítico **lhe** usado como dativo e como acusativo.

Por fim, acreditamos que as considerações ora apresentadas não sejam atribuídas em caráter definitivo, pois muito já se pesquisou, muito já se descobriu, mas ainda há muito o que desvendar a respeito dos clíticos. E, como sabemos, o sistema pronominal está instável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. (1963). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Saraiva.
- BERLINCK, R. A. (1996). *A expressão do objeto direto no português do Brasil*. Ms.
- CÂMARA Jr., J. M. (1972). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CARDINALETTI, A. (1994). On the internal structure of pronominal DPs. In *The Linguistic Review* 11, Berlin, p.1995-219.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. (1999). The typology of structural deficiency: a case study of the three classes of pronouns. In Van Riensdijk (ed). *Clitics in the language of Europe*. Berlin: Mouton et Gruyter. p. 145-233.
- CARVALHO, D. S. (2008). *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.
- CARVALHO, J. A. (1991). *Conceito de pronomes: os pronomes pessoais*. Revista Internacional de Língua Portuguesa. N. 5/6, dezembro.
- CASTILHO, A.; BASÍLIO, M. (org.). (1996). *Gramática do português falado*. v. 4. Campinas: UNICAMP.
- CYRINO, S. M. L. (1994). *O objeto nulo no português do Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

_____. (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 163-184.

CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris Publications.

_____. (1986). *Knowledge of language: its nature, origin and use*. (Trad. Portuguesa: O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves). Lisboa: Editorial Caminho.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. (1993). A teoria de princípios e parâmetros. In: JACOBS et al. (eds). *Syntax*. Berlin-New York: Walter de Gruyter.

_____. (1995). *The minimalist program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____. (1997). *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem*. In D.E.L.T.A., vol. 13, n.º especial, p.49-101.

_____. (1999a). *Derivation By Phase*. *MIT Occasional Papers in Linguistics*. 18. MA: MIT Working Papers in Linguistics.

_____. (1999b). *O Programa Minimalista*. (trad. Eduardo Raposo). Lisboa: Caminho.

DUARTE, M. E. L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 107-128.

_____. (1989). Clítico, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In Tarallo, Fernando (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, p. 19-34.

FARIAS, J. G. (2003). *O estatuto sintático de preposições no português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

GALVES, C. (1996). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 387-408.

_____. (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

GALVES, C.; ABAURRE, M. B. M. (1996). Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-morfológico. In Castilho, Ataliba Teixeira de & Basílio, Margarida (org.). *Gramática do português falado*. v. 4, Campinas: UNICAMP, p. 273-319.

HAEGEMAN, L. (ed). *The New Comparative Syntax*. London, New York: Longman, p.189-213.

ILARI, R.; FRANCHI, C. et al. (1996) Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para uma análise. In Castilho, Ataliba Teixeira de & Basílio, Margarida (org.). *Gramática do português falado*. v. 4, Campinas: UNICAMP, p. 79-116.

KAYNE, R. (1975). *French Syntax*. Cambridge, MA:MIT press.

KATO, M. (2003). A evolução da noção de parâmetros. D.E.L.T.A., p. 309-337.

LYONS, J. (1974). *As ideias de Chomsky*. São Paulo. 2. ed. Cultrix.

- _____. (1979) *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional.
- MADEIRA, A. M. L. (1995). *Topics in portuguese syntax: the licensing of T and D*. PhD Dissertation. University College London.
- MARROQUIM, M. (1996). *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 3. ed. Curitiba: HD Livros.
- MATEUS, M. H. M. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, p.816-867.
- MARTINS, E. J. (1989). Pronomes pessoais complementos de 3ª pessoa: uma revisão de conceitos e normas. In: Castilho, Ataliba Teixeira de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP.
- MENON, O. P. S. (1996). *Clíticos e Possessivos em Curitiba. Implicações para o ensino*. Pesquisa & Ensino da Língua: contribuições da sociolinguística. Rio de Janeiro: Tiuring, UFRJ, p. 110-116.
- MIOTO, C., FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.
- MONTEIRO. J. L. (1994). *Pronomes Pessoais: Subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.
- MOURA, D. (1995). *Diversidade linguística e preconceito social*. Boletim da Associação Brasileira de Linguística. n. 17, julho, p. 48-51.
- _____. (2005). *A variação em sintaxe*. In MOURA, D. & FARIAS, J. G. (org). Reflexões sobre a sintaxe do português. Maceió: EDUFAL, p. 47-71.
- _____. (2006). *Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas*. Leitura. Revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (UFAL). Maceió: EDUFAL, v. 33, p.87-110.

NASCENTE, A. (1953) *O linguajar carioca*. 2ª ed. Rio de Janeiro: organização.

NASCIMENTO, M. E. P. (2001). *O uso do pronome **lhe** como acusativo e como dativo em textos informais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

PAGOTTO, E. G. (1996). Clíticos, mudanças e seleção natural. In Robert, Ian; Kato, Mary Aizawa (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, p. 185-206.

PAREDE, V. L. (1988). *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro.

PEREIRA, A. L. D. (2006). *Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da morfologia distribuída*. Tese de Doutorado. UFSC. Santa Catarina.

POLLOCK, J. (1989). Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*., v. 20, n. 3, p. 365-424.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). (1996). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, p.185-206.

RAMOS, J. (1989). O emprego de preposições no português do Brasil. In Tarallo, Fernando (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, p. 83-93.

RAMOS, C. M. A. (1999). *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular*. Maceió. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho.

RAPOSO, E. (1998). Some Observations on The Pronominal System Of Portuguese. In: BORRAS, Z, SOLA, J. (Eds.) *Catalan Working Papers in Linguistics*.

ROCHA LIMA, C. H. da. (2001). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 41. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

RIZZI, L. (1988). *A Nova Sintaxe Comparativa: Princípios e Parâmetros da Gramática Universal*. Trad. Maria Denilda Moura e alunos da disciplina “sintaxe comparativa”. In 10 Advanced Course Language and Cognition. Foundation Archives Jean Piaget. Geneva. P. 1-20, October 10.

SAID Ali, M. (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos.

SILVA, M. C. F.. (1998). Inovações morfológicas no português brasileiro. In CABRAL, L. G.; GORSKI, E. *Linguística e Ensino: reflexos para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, p.181-197.

SILVA, C. R. T. (2004). *A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

TARALLO, F. (1989). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes.

TORRES MORAIS, M. A. C. R. (1996). *A preposição e a categorização do objeto indireto: aspectos sincrônicos e diacrônicos*. Ms.

URIAGEREKA, J. (1995). Aspects of Syntax of Clitic Placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v. 26, n.1, p. 79-123, winter.

VITRAL, L. Princípios e Parâmetros: Pressupostos Filosóficos da Gramática Gerativa. (1995). Belo Horizonte: UFMG.